

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MICHELLY PATRICIA MAFRA DA LUZ

**POBREZA, DESIGUALDADE, EXCLUSÃO, VULNERABILIDADE E RISCO:
INCIDÊNCIA E SIGNIFICADO NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL**

FLORIANÓPOLIS, SC

2009.2

MICHELLY PATRICIA MAFRA DA LUZ

**POBREZA, DESIGUALDADE, EXCLUSÃO, VULNERABILIDADE E RISCO:
INCIDÊNCIA E SIGNIFICADO NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Rosana Carvalho
Martinelli de Freitas

FLORIANÓPOLIS, SC

2009.2

MICHELLY PATRICIA MAFRA DA LUZ

**POBREZA, DESIGUALDADE, EXCLUSÃO, VULNERABILIDADE E RISCO:
INCIDÊNCIA E SIGNIFICADO NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora

Prof^a. Dr^a Rosana Carvalho Martinelli de Freitas

1^a Examinadora

Prof^a. Dr.^a Liliane Moser - Universidade Federal de Santa Catarina

2^a Examinadora

Assistente Social Rosilane Dalazen – Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)

Florianópolis, SC

2009.2

Dedico este trabalho ao meu filho, João Pedro, por me dizer tantas coisas sem usar uma palavra sequer e por me ensinar a ser alguém melhor a cada dia.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela saúde que me deu, para que conseguisse chegar ao final desta etapa. Ao meu esposo, Sandro, pelo incentivo, por enfrentar uma dupla jornada de trabalho para que eu pudesse me dedicar inteiramente aos estudos, durante o período de estágio e na elaboração deste trabalho. Obrigada por tudo que enfrentamos juntos.

Ao meu filho que, por ter nascido quase no final do meu curso, sem entender, precisou suportar as ausências da mãe.

Às minhas tias Ana Amélia Dias Vinotti e Kátia Regina Dias Alexandre, pelo carinho que sempre tiveram comigo.

Em especial, à tia Silvania Dias Defreyn, que tem sido mais do que uma tia. Obrigada por estar sempre à disposição, percebendo minhas necessidades materiais.

À Professora Doutora Rosana de Carvalho Martinelli Freitas, minha orientadora na elaboração deste trabalho, pelo comprometimento e respeito com que trata seu trabalho e aos estudantes. Agradeço por não me dar respostas prontas e por me incentivar e orientar na busca de um maior aprofundamento teórico.

À Professora Doutora Liliane Moser e à Assistente Social Rosilane Dalazen, que prontamente aceitaram participar da minha banca.

À todos aqueles que acreditaram que eu chegaria ao final desta etapa e aos que, de alguma forma, participaram positivamente da minha vida e da vida de minha família.

Tudo sempre volta à mesma necessidade: aprofunde-se o suficiente e lá estará a pedra fundamental da verdade, independente de quão dura ela seja.

May Sarton

MAFRA DA LUZ, Michelly Patrícia. **Pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco: incidência e significado na produção teórica do Serviço Social.** 2009. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RESUMO

A pobreza, a desigualdade, a exclusão, a vulnerabilidade e o risco, na América Latina, caracterizam-se como fenômenos que resultam de escolhas teóricas e políticas mediadas por sujeitos. Assim sendo, apreende-se, definitivamente, que estes fenômenos não podem ser encarados como um estágio da humanidade ou como decorrentes de um processo natural. Este trabalho monográfico teve como objetivo geral analisar a produção teórica do Serviço Social, especificamente, através dos termos pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco. Para se obter a análise dos referidos termos, através do conhecimento produzido no interior da profissão, realizou-se pesquisa bibliográfica e exploratória na Revista Serviço Social e Sociedade, da Cortez Editora, selecionando-se 21 (vinte e um) artigos e 01 (uma) comunicação de pesquisa, perfazendo o total de 22 (vinte e dois) textos, produzidos no presente século, que continham, no título, os termos: pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco. Foram realizadas breves considerações sobre os referidos termos, fundamentadas em livros, artigos e meio eletrônico que se ocuparam em explicar o fenômeno, contextualizando-o no tempo histórico. Houve também a preocupação de verificar como os referidos termos incidem, fundamentam e que significados apresentam para a produção literária do Serviço Social. Durante a pesquisa, constatou-se que esses termos representam temas recorrentes nas ciências sociais, apesar de não apresentarem precisão conceitual. Eles são fundamentais para a apreensão da realidade social, considerando sua temporalidade e espacialidade. As teorias explicam a realidade através do conhecimento científico. A fundamentação teórica-metodológica; técnica-operativa e ético-política orienta o processo de formação e intervenção profissional. Neste sentido, os termos pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco, sua conotação e os referenciais que os orientam são elementos essenciais, não somente para compreender os projetos societários em curso, mas também para identificar o estágio na produção do conhecimento e a apreensão que se tem das diferentes manifestações da questão social e, conseqüentemente, das orientações fundantes de políticas públicas, que poderão ser, ou não, de caráter universal, unificado, diversificado, garantidas à sociedade na quantidade, qualidade e diversidade necessárias a cada contexto.

Palavras-chave: Serviço Social; Pobreza; Exclusão; Incidência; Significado.

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

ONG's – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organizações das Nações Unidas

PBF – Programa Bolsa Família

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido da Mobilização Nacional Brasileiro

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROUNI – Programa Universidade para todos

PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O AJUSTE NEOLIBERAL E SEU REBATIMENTO NO SOCIAL	12
2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE AJUSTE NEOLIBERAL E O AGRAVAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL	12
2.2 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DO NEOLIBERALISMO PARA A AMÉRICA LATINA.....	21
2.3 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS NEOLIBERAIS PARA O BRASIL	29
3 POBREZA, DESIGUALDADE, EXCLUSÃO, VULNERABILIDADE E RISCO: TERMOS, CONCEITOS E CATEGORIAS – TENTATIVAS DE EXPLICAR UMA REALIDADE SOCIAL COMPLEXA	40
3.1 TERMOS, CONCEITOS E CATEGORIAS.....	40
3.2 BREVE RECUPERAÇÃO DOS TERMOS: POBREZA, DESIGUALDADE, EXCLUSÃO, VULNERABILIDADE E RISCO.....	47
4 INCIDÊNCIA E SIGNIFICADO DOS TERMOS NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL	59
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	59
4.2 POBREZA.....	64
4.3 EXCLUSÃO.....	74
4.4 VULNERABILIDADE E RISCO.....	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
ANEXO A - ARTIGOS DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE	97

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico que tem por título “Pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco: incidência e significado na produção teórica do Serviço Social” é um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Desde o início da graduação, observei a importância dos conceitos e dos pressupostos teórico-metodológicos do Serviço Social, como verdadeiro lastro para a construção de um projeto profissional igualitário, equânime e universal.

Assim, este trabalho lança um olhar atento à produção teórica do Serviço Social, especificamente aos termos: pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco, num recorte que compreende o século XXI, a partir da análise de textos de diferentes autores publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, pela Cortez Editora, abrangendo os números 62 (sessenta e dois) a 97 (noventa e sete), que continham esses termos no título.

A Revista Serviço Social e Sociedade foi escolhida para a pesquisa por ser uma das maiores publicações no âmbito do Serviço Social brasileiro. Apesar de não ter autoria exclusiva de Assistentes Sociais, reflete o escopo da discussão profissional em nível nacional e também do Conesul.

Foram identificados 13 (treze) textos com o termo pobreza no título, 06 (seis) com exclusão, 02 (dois) com o termo vulnerabilidade e apenas 01 (um) com o termo risco, perfazendo o total de 22 (vinte e dois) textos. Os (as) autores (as) são, em sua maioria, brasileiros (as), havendo também argentinos (as) e uruguaios (as). Assim sendo, os textos são em língua portuguesa e espanhola.

A presença ou ausência dos temas revela interesses prévios dos (as) autores (as) e do Conselho Editorial sobre determinados temas e termos em detrimento de outros, por sua relevância política, histórica e profissional.

Esses termos apareceram, na história, para designar determinados fatos sociais que necessitavam de maior análise. Não são fenômenos isolados, mas revelam uma determinada conjuntura política, social, histórica, econômica.

A pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e o risco, historicamente, aparecem como expressões da questão social¹ – objeto do Serviço Social.

O século XX é recheado de designações que tentam explicar essa nova realidade, tais como: “questão social”, “nova pobreza” ou “nova questão social”. Todos esses fenômenos são relacionados ao desemprego, à violência urbana, ao inchaço dos centros urbanos, às moradias precárias e insalubres; enfim, estão relacionados diretamente ao modelo político adotado – o capitalismo.

Na América Latina, os países que adotaram as medidas de ajuste estrutural, a partir do Consenso de Washington de 1989, viram a face mais perversa da pobreza, da desigualdade, da exclusão, da vulnerabilidade e do risco social inseridos no cotidiano de suas populações. Os impactos dessas medidas foram além de apenas na área econômica, que seriam: baixa inflacionária, aumento nas exportações, ajuste fiscal e tributário.

Os rebatimentos “no social” revelaram índices alarmantes do aumento da fome e da miséria na região, devido ao desemprego estrutural, às privatizações, à substituição da mão-de-obra humana pela mão-de-obra tecnológica.

A redução das funções do Estado ou chamado “Estado mínimo”, sendo um dos itens do ajuste estrutural, orientou os países a diminuir substancialmente seus gastos com Políticas Sociais, chamando esta medida de “priorização dos gastos públicos” e ocasionando o agravamento da questão social, deixando à deriva populações inteiras demandatárias dos serviços sociais.

Os termos: pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco surgiram em diferentes momentos históricos, para designar determinadas realidades sociais, portanto, são termos cheios de significados que refletem o pensamento de uma geração. “Para tal, foi necessária uma reconstrução da emergência de temas que, em diferentes contextos, foram entendidos como ‘questão social’, assim como a identificação de paradigmas teóricos explicativos” (ZIONE, 2006).

A pobreza como uma das tentativas de explicar a realidade tem como debate recorrente a carência material, limitando o fenômeno aos aspectos estritamente monetários. Referindo-se à pobreza, bem como à desigualdade, à

¹“Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2003, p. 27).

exclusão, à vulnerabilidade e ao risco, nos seus aspectos multidimensionais, amplia-se o debate para a liberdade, autonomia e cidadania.

Nas palavras de Arregui e Wanderley (2009, p. 148),

Á riqueza material e imaterial socialmente construída, a seleção de um indicador e não de outro, do ponto de vista conceitual, é um ato de escolha, é uma atribuição de valor, sendo, portanto, um processo não apenas técnico, mas sobretudo político.

Os referidos termos representam temas relevantes e atuais para o Serviço Social, tendo em vista que estas concepções fundamentam a apreensão da realidade social e embasam a elaboração das políticas públicas, refletindo diretamente na execução, ou seja, em última estância, na pessoa que será afeta por tais políticas.

A produção sobre os temas anteriormente citados remete a um posicionamento político e ideológico diante das mazelas da sociedade latino-americana. Remete também às relações de poder e de classes. Entende-se a realidade como mutável e, portanto, passível de ser construída e construindo, embora este processo seja influenciado pelas condições materiais dos sujeitos e pelo contexto no qual estão inseridos.

A monografia está estruturada em três seções. Na primeira, se aborda os rebatimentos sociais provenientes da adesão ao ideário neoliberal, através do Consenso de Washington, na América Latina e no Brasil. Na segunda, se faz apropriações teóricas acerca dos termos, conceitos e das categorias, entendendo que são concepções fundamentais para este trabalho, além de breves recuperações acerca dos termos: pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco na literatura das ciências sociais. Na terceira, se processa a pesquisa a partir dos 22 (vinte e dois) textos da revista Serviço Social e Sociedade, apresentando os procedimentos metodológicos e analisando a incidência e o significado de cada termo, em particular, dos termos: pobreza, desigualdade e exclusão. Quanto aos termos: vulnerabilidade e o risco, eles são abordados conjuntamente, por se apresentarem desta forma na literatura. Ao final, são apresentadas breves considerações com base no processo de análise realizado.

2 O AJUSTE NEOLIBERAL E SEU REBATIMENTO NO SOCIAL

Esta seção tem como objetivo abordar as implicações do ajuste neoliberal para a América Latina e seu rebatimento no social, frutos de escolhas teóricas e políticas que não se dão por um processo “natural”, mas procedem de construções históricas mediadas por sujeitos. O neoliberalismo é concebido, por seus teóricos, como um estágio necessário e natural ao capitalismo, e também derivado de um processo necessário e natural à humanidade.

Longe de qualquer casualidade, o neoliberalismo é um projeto elaborado para atingir determinados objetivos, sob determinados interesses particulares. Projeto que altera as relações sociais (Estado, mercado e sociedade) dos sujeitos envolvidos, conscientes ou não do processo no qual estão inseridos.

2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE AJUSTE NEOLIBERAL E O AGRAVAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Um dos marcos do neoliberalismo, para a América Latina, foi o encontro que reuniu organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sob o título: *“Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”*, e que ficou popularmente conhecido como “Consenso de Washington”, por ter ocorrido na cidade de Washington, D.C. - Estados Unidos da América (EUA), em novembro de 1989.

Esse encontro abrangeu basicamente dez áreas:

1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual (BATISTA, 1994, p.26).

Segundo Batista (1994, p.27), essas dez áreas englobam dois objetivos: a minimização do Estado, o que implica diretamente na deterioração da soberania dos países; e a abertura total dos mercados, sem nenhuma restrição, tanto do capital interno quanto do externo².

O Consenso de Washington não trouxe “novas” reformas econômicas, políticas e sociais, porque esse encontro foi realizado com o intuito “simplesmente de registrar, com aprovação, o grau de efetivação das políticas já recomendadas, em diferentes momentos, por diferentes agências” (BATISTA, 1994, p.5). O ajuste proposto para a América Latina, “chamado de ajuste estrutural, pretende desencadear as necessárias mudanças através de políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado” (SOARES, 2002, p.14).

Entretanto, o Consenso de Washington introduziu, oficialmente, no Brasil e restante da América Latina, a ideologia neoliberal já difundida nos países de capitalismo avançado - do continente Europeu e da América do Norte. Nesses países, o neoliberalismo teve seu advento após os anos de 1970, com o processo de reestruturação do capital.

Na América Latina, a entrada, nos países, do ideário neoliberal, não se deu ao mesmo tempo. O Chile, no final da década de 1970, estava realizando alguns ajustes; já o Brasil, iniciou esse processo tardiamente, somente na década de 1990, devido ao esgotamento do Estado desenvolvimentista (SOARES, 2002, p.26-38).

Os princípios neoliberais para a América Latina fundamentavam-se na

Flexibilização dos mercados nacional e internacional, das relações de trabalho, da produção, do investimento financeiro, do afastamento do Estado das suas responsabilidades sociais e da regulação social entre capital e trabalho, permanecendo, no entanto, instrumento de consolidação hegemônica do capital mediante seu papel central no processo de desregulação e (contra-) reforma estatal, na reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva comercial, no financiamento ao capital, particularmente financeiro (MONTAÑO, 2002, p.16).

² Esta explanação sobre o neoliberalismo, suas concepções econômicas, sociais e de Estado; tem apenas o intuito de apresentar suas implicações no agravamento da questão social, não caracterizando o objetivo ou objeto deste trabalho. Para maiores esclarecimentos verificar: Batista (1994) e Soares (2002)

Cabe destacar que a doutrina econômica neoliberal tem seu ideário na liberalização dos mercados (financeira e comercial), - o “laissez-faire”, a “mão invisível”. Nesse sentido, os Estados nacionais seriam uma máquina pesada e não serviriam mais como agentes de regulação econômica, pois precisavam deixar que a economia se auto-regulasse. Isso implicaria em diminuição dos gastos sociais, combate da inflação e privatizações.

Fazendo um breve retrocesso, pode-se dizer que o neoliberalismo originou-se, depois da II Guerra Mundial, nos países de capitalismo avançado, e “foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON, 2000 apud RATTNER, 2000, p. 9). Essa forma de Estado intervencionista ficou internacionalmente conhecida como Welfare State³, ou estado de bem-estar social.

Os Estados Unidos e a Inglaterra foram países que disseminaram a doutrina neoliberal, principalmente na era Thatcher e Reagan (década de 1980), através dessa nova concepção de Estado, num “novo modelo de desenvolvimento” (SOARES, 2002, p.17), que preconizava a redução do Estado. O “Estado Mínimo”, como era chamado, deveria cumprir o mínimo de obrigações com o social – “educação primária, saúde pública e a criação e manutenção de uma infra-estrutura essencial ao desenvolvimento econômico” (SOARES, 2002, p.40).

Mas “o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais” (SOARES, 2002, p.12). O Estado precisaria, então, ser redesenhado, para tornar-se um Estado mais “leve”, com menos responsabilidades sociais, sendo que suas funções seriam as de organizador do sistema. Essa mudança de concepção do Estado implicaria no “problema de como conduzir uma transição que tinha no Estado o artífice da reforma principal: a reforma de si mesmo” (SOARES, 2002, p.17).

³ Para Draibe (1989), Welfare State, “no âmbito do Estado Capitalista, uma forma particular de regulação social que se expressa pelas transformações das relações entre Estado e a Economia, entre Estado e a Sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico. Tais transformações manifestam-se na emergência de sistemas nacionais, públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, integração e substituição de renda, assistência social e habitação que, a par das políticas de salário e emprego, regulam direta ou indiretamente o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e do salário na economia, afetando, portanto, o nível de vida da população trabalhadora”.

Por sua vez, Bresser Pereira (2000 apud RATTNER, 2000) afirma que, devido ao ciclo desenvolvimentista, a América Latina chegou “nos anos 80 em crise fiscal, crise da dívida externa e instabilidade macroeconômica”, por isso, fez-se necessário “reformular ou reconstruir o Estado” (idem)

O referido autor ainda menciona o estudo realizado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), após quinze anos de reformas neoliberais, no México, cujos “resultados são decepcionantes em termos de crescimento econômico, e negativos em termos de distribuição de renda” (BRESSER PEREIRA, 2000 apud RATTNER, 2000, p. 48).

Para seus defensores, o fato da América Latina não ter obtido êxito com o projeto neoliberal propugnado por seus ideólogos é consequência da má administração na gestão econômica e social (SOARES, 2002, p.31). Não há nada de errado com o projeto, e sim com a forma pela qual ele é implementado e administrado.

Para um melhor entendimento do assunto, pode-se afirmar que o “Estado mínimo” é um modelo de Estado que é considerado como um Estado interventor mínimo para o social e máximo para o capital, abrindo espaço para o denominado terceiro setor.

De acordo com Montañó (2002, p.19), o “Estado mínimo”

Desenvolve um papel ideológico claramente funcional aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal, no caso, promovendo a reversão de direitos de cidadania por serviços e políticas sociais e assistenciais universais, não contratualistas e de qualidade, desenvolvidas pelo Estado e financiadas num sistema de solidariedade universal compulsória. Portanto, a abordagem crítica do conceito ideológico de ‘terceiro setor’, e do fenômeno real que ele esconde, constitui uma ferramenta importante para o enfrentamento do processo neoliberal de alteração da modalidade de trato à ‘questão social’.

Desse modo, as organizações da sociedade civil de direito público que, no Brasil, são denominadas ONG’s (Organizações Não-Governamentais) ou então chamadas de terceiro setor, instituições filantrópicas ou entidades sem fins lucrativos, são “organizações com a finalidade de organizar e potenciar os

movimentos sociais.” (MONTANÕ, 2002, p.146). Estabelecendo verdadeiras parcerias entre a esfera pública e privada, essas parcerias, muitas vezes, se resumem ao repasse de verbas (idem, 2000, p. 146).

Enquanto a política social organizada e mantida pelo Estado, de concepção no Welfare, “se rege por princípio universalista – todos contribuem para financiar esses serviços e assistência” (MONTANÕ, 2002, p.167), o voluntarismo tem caráter privatista, baseado em interesses pessoais e necessidades pontuais, não refletindo uma política de interesse coletivo. Hoje, na América Latina, as duas concepções atuam concomitantemente.

Nesse sentido, saindo da privatização da assistência, que nega os princípios do Welfare – universalidade, justiça e equidade, em direção a uma assistência social baseada em interesses individualistas da compra desses serviços, sejam eles da área da saúde, educação, previdência ou quaisquer outros, faz-se pertinente o que diz Montañõ:

A substituição do princípio de solidariedade baseada em direitos universais (presente no sistema de tributação direta, na previdência única, na seguridade e nas políticas sociais do Welfare state) faz com que cada grupo ou coletivo que apresenta uma necessidade ou carência particular tenha que se auto-responsabilizar (direta ou indiretamente) pelo financiamento/prestação da sua resposta; e este é o grande desejo/finalidade do projeto neoliberal (idem, p.167)

Então, diante desse quadro de crise da presença do Estado,

Constrói-se um discurso em favor do individualismo pragmático, deixando pessoas e grupos entregues à própria sorte ou, na melhor das hipóteses, a uma rede comunitária de solidariedade. Aumenta o descrédito com relação aos serviços sociais públicos, a essa altura deteriorados e sobrecarregados (SOARES, 2002, p.75)

Diferentemente do que se pensa no senso comum, os serviços privados não têm tido um caráter complementar, e sim, substitutivo (SOARES, 2002, p. 80).

O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento financiam os chamados “Programas de Combate à Pobreza”, com o objetivo de

minimizar os efeitos da crise gerada pelos efeitos do ajuste neoliberal. (idem, 2000, p. 80). Estas instituições não promovem políticas de Estado que combatam severamente a pobreza, apenas se ocupam em minimizá-la, dando “poder de compra” à classe mais pobre, fazendo a “economia girar” e impedindo, assim, que o capitalismo entre em colapso.

Os latino-americanos ficam reféns ao serem impedidos não somente de receber financiamento externo, mas também de definir como irão gastar esses recursos, que políticas escolherão como prioritárias, deixando de valorizar aspectos culturais, climáticos, ambientais, sociais dessa região e tendo que aceitar “receitas prontas” e modelos que foram bem sucedidos no hemisfério norte, mas que são desastrosos quando implementados aqui.

Definitivamente, os trabalhadores assalariados e os trabalhadores informais são os que mais sofrem as conseqüências das escolhas políticas de retração do Estado, ficando a mercê de programas e projetos voluntaristas, alguns deles com capital estrangeiro. Um Estado que se modifica não somente na ordem burocrática e administrativa, mas que diminui o investimento para as políticas sociais, em suma, para aqueles que precisam delas.

Para Yamamoto (1992, p. 81), as funções do Estado neoliberal e o modelo político adotado precisam ser redesenhados de modo a se adequar às “novas necessidades da acumulação”, e “a incorporação subordinada de interesses das classes populares [...] torna-se secundária em face da nova correlação de forças”. Desse modo, o “Estado assume funções repressivas no plano social, como modernizadoras no plano administrativo”. Resumindo, as relações sociais de trabalho adquirem novas concepções, principalmente no contexto do capitalismo monopolista de concentração de renda e capital, o que interfere substancialmente na vida dos trabalhadores.

Nesse contexto, ocorre a

Queda do padrão de vida dos assalariados, que se expressa, entre outros fatores, no agravamento da desnutrição, de doenças infecciosas, no aumento das taxas de mortalidade infantil, dos acidentes de trabalho. Em síntese, verifica-se a amplificação da miséria absoluta e relativa de grande parcela da população

trabalhadora, consubstanciando um processo crescente de dilapidação da força de trabalho coletiva. (idem, p. 82)

Ainda com relação a este tema, nos termos de Soares (2002, p. 91),

O processo de retração estatal e concomitantemente privatização das políticas sociais no Brasil e na América Latina – com a introdução de cobranças ‘seletivas’ para determinados serviços básicos essenciais, como a assistência médica – tem levado à dualidade no acesso a esses serviços, criando um setor público para pobres, sem recursos e cada vez mais desfinanciado; e, de forma ‘complementar’ um setor privado (representado hoje por empresas e conglomerados financeiros de seguro) para quem pode pagar e, o que é mais grave, cada vez mais subsidiado com recursos públicos.

Aparentemente, na ideologia neoliberal, a economia sofreria uma menor intervenção estatal, de tal forma que, “naturalmente”, se acomodaria e propiciaria a todos o acesso aos bens e serviços socialmente disponíveis. Mas na realidade, o que ocorre é a formação da “pirâmide social”, em cuja base se encontra uma imensa massa de trabalhadores assalariados e uma boa parcela de trabalhadores não-assalariados, trabalhadores do mercado informal, que vendem sua única propriedade – nas palavras de Marx - sua força de trabalho, ficando na ponta da pirâmide - em contraposição a este grupo -, uma parcela pequena da população que detém grande parte do resultado do trabalho da massa que ocupa a base da pirâmide.

Eis a contradição central desta sociedade, em que, como salienta lamamoto (1998, p.114), “a produção, cada vez mais social, [...] se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos”. Esta contradição que marca a sociedade capitalista é a “gênese da questão social” (idem) – eixo fundante da profissão⁴, apesar de não representar um consenso para a categoria profissional.

No que diz respeito à questão social, ela está diretamente relacionada à questão do desemprego, pois

⁴ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 1996.

Passou a ser representada não mais como a situação de grupos marginais incapazes ou inaptos para o progresso – conforme a representação de décadas precedentes - , mas como um risco para grupos da população perfeitamente adaptados à sociedade moderna, vitimados, porém, pela conjuntura econômica e pela crise do emprego (ZIONE, 2006).

Por outro lado, o desemprego estrutural, dentre outros fatores, tem relação também com a revolução tecnológica e tem se revelado como uma das expressões da questão social. Iamamoto (1998, p.115) vai mais além, dizendo que “um dos aspectos centrais da questão social, hoje, é a ampliação do desemprego e a ampliação da precarização das relações de trabalho”.

Não restam dúvidas sobre o fato de que a questão social é dinâmica⁵, se “metaformoseia”, apesar de “inexistir qualquer ‘nova questão social’” (PAULO NETTO, 2004). Em seus estudos, Rosanvallon (1988 apud PAULO NETTO, 2004) defende a idéia da existência da nova questão social a partir da crise do Estado de Bem-estar Social. Mas para Paulo Netto (2004), “a questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo”, está relacionada à situação de exploração. Conforme este autor, isto não significa que, anteriormente ao advento do capitalismo, não existia exploração, porém, a questão social é concebida mediante determinadas condições, ou seja, “ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais, etc”.

Assim sendo, pode-se afirmar que a questão social está relacionada à existência de relações contraditórias e que as relações sociais diretamente associadas às relações de capital. Mas por que as relações sociais e capitalistas são contraditórias? Castel (1998, p.31) declara que “o ‘social’ consiste em sistemas de regulações não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço”.

No entendimento de Iamamoto (2004, p.13),

(...), nessa sociedade, a mercadoria é o caráter predominante e determinante dos produtos. O próprio trabalhador aparece como um

⁵ Tema desenvolvido no VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), promovido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), realizado entre 21 e 24 de novembro de 2000, Universidade de Brasília (UnB).

mero vendedor de mercadorias: trabalho 'livre' (...) A forma específica do valor – a forma mercadoria e seu fetiche – entranham tanto as relações de circulação, quanto aquelas que têm lugar entre os agentes de circulação. Ela inverte e subverte o sentido das relações sociais em um amplo processo de mistificação e reificação, submetendo as relações entre os homens à relações entre coisas.

Com efeito, a questão social é inerente a este formato de sociedade na qual as coisas e as pessoas são medidas pelo seu valor de troca. Se o valor das pessoas é medido pelos bens que possuem ou por aquilo que podem produzir, então, aquelas que nada têm e que nada produzem? Castel (1998, p.121) se refere a essas pessoas como os “inúteis para o mundo”, os “supranumerários”, os “vagabundos”, pessoas que não vivem do seu trabalho, mas sobrevivem, “como parasitas do trabalho de outrem”, e sem domicílio.

Então, surgem políticas sociais públicas, como resposta do Estado, no intuito de garantir a ordem, a coesão social. Na fase pré-industrial europeia, a questão social quase se tornou uma questão de polícia (CASTEL, 1998, p.142). A “vagabundagem” era considerada crime, a falta de moradia fixa e de trabalho, por si só, já eram motivo suficiente para o “vagabundo” receber uma pena.

Nessa perspectiva, é possível entender a

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2003, p.27)

É nessa tríplice relação: Estado, capital e trabalho que aparece a questão social. Numa relação tensa, na luta pelo poder,

(...) a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, (...) Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de

direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. (IAMAMOTO, 2004, p.17).

As transformações societárias ocorridas com a incorporação das políticas de ajuste neoliberal na América Latina - após 1980, têm piorado substancialmente as condições de vida dessa população, através da apropriação da maior parte de seu trabalho pelo grande capital. Para cada estágio do desenvolvimento do capitalismo, a questão social aparece em diferentes formatos, “assumindo roupagens distintas em cada época” (IAMAMOTO, 2003, p.114), portanto, necessitando de novas intervenções e mediações, sendo relevante o papel do Assistente Social.

Como consequência direta na vida dos latino-americanos, os efeitos da política de ajuste neoliberal interferem nas áreas da saúde, da previdência social, na educação, na segurança pública, na moradia, dentre outras, aumentando ainda mais a precariedade em que vive essa população.

2.2 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DO NEOLIBERALISMO PARA A AMÉRICA LATINA

O ajuste neoliberal trouxe significativos retrocessos sociais para os países latino-americanos. De fato, segundo Soares (2002, p.47-52),

No início dos anos 90 sua distribuição de renda era ainda mais concentrada que ao final dos anos 70. (...) o percentual da população em extrema pobreza aumenta (...) os salários reais reduziram-se em magnitudes muito significativas, (...) redução das remunerações do trabalho em geral, (...) os jovens que não estudam nem trabalham representam hoje uma proporção muito maior que no início dos anos 80, (...) a participação das mulheres na economia continua a aumentar, sem que isso signifique um aumento na renda das famílias, (...), redução na proporção de trabalhadores vinculados à Previdência Social.

Voltando a fazer referência ao tema da pobreza,

(...) é verdade que existe pobreza em várias sociedades. Mas, enquanto nos países desenvolvidos a tendência é estar abaixo de 15% da população, em diversos países da América Latina, essa cifra triplica, quadruplica ou quintuplica (KLIKSBURG, 2002, p.16-17)

Sob este aspecto, a década de 1980, em relação ao crescimento econômico, foi denominada de “década perdida”, devido ao baixo incremento no Produto Interno Bruto (PIB) dos países latino-americanos. O crescimento médio anual era de 1,7%, enquanto a população crescia 2,0% ao ano, e isto indicava uma queda do PIB, por habitante, de 0,3% por ano, durante toda a década (BORÓN, 2003, p.10).

Percebe-se a diferença dos resultados entre os países que aderiram mais veementemente a “onda neoliberal” e os países “refratários”. Exemplificando: a República Dominicana, país considerado não reformista, de 1991 a 2000, alcançou um crescimento de 4,0 % no seu PIB. Já outros países tiveram crescimento menor como, por exemplo, o México, que atingiu apenas 1,8% (idem, p. 13).

Comparando a Bolívia, considerado um país pioneiro pelo neoliberalismo, com a República Dominicana, um país que não aderiu ao neoliberalismo, segundo Edwards (1997, p.18 apud BORÓN, 2003, p.12), “la tasa de crecimiento del PIB per capita en el pais andino fue de apenas el 0,7 porciento anual para el período 1987-1992”, ao passo que no país considerado “não reformador”, “la republica dominicana, cuya tasa de crecimiento del PIB per capita para la década fue de 4,0 anual”(BORÓN, 2003, p.12).

Apesar da importância do PIB para um país, devido ao crescimento econômico, este indicador não pode ser analisado de forma isolada ou “economicista”. Nesse sentido, Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia,

Se opõe claramente à visão restrita do desenvolvimento associado apenas ao crescimento econômico, e especialmente àquele que vincula crescimento ao aumento do PIB de um país, avanço tecnológico ou a modernização social. Para o autor, o crescimento econômico ‘não pode ser considerado um fim em si mesmo’. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria

da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos (SEN, 2000, p. 29 apud ARREGUI e WANDERLEY, 2009, p.146)

Quando se manifesta sobre o assunto, Abreu (1997, p.49), diz que a queda do PIB, nos países periféricos de capitalismo globalizado, cria ou agrava a miséria e a discriminação, sendo que :

Esta situação revela-se ainda mais grave com a falência das finanças públicas de muitos desses novos Estados e uma profunda deterioração de serviços públicos de saúde, educação, etc., que acentuam a exclusão de uma grande parcela da população destes países do bem-estar e das condições mínimas de integração e reprodução social.

Também Borón (2003, p. 13), em seu artigo “Las ‘reformas del Estado’ en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática”, é contundente ao mostrar a realidade social em que foi mergulhada a América Latina após incorporar, sem restrições, as medidas do ajuste. O referido autor trata a questão como “holocausto social”, dizendo:

Lejos de ser portadoras del progreso social, las políticas neoliberales precipitaron un holocausto social sin precedentes en la historia de la América Latina contemporánea. Esto se tradujo en un aumento dramático de la exclusión social, la pobreza y la vulnerabilidad de amplios sectores de las sociedades latinoamericanas.

Em seguida, Borón (2003, p.13) revela o aumento da desigualdade social no caso chileno. Com efeito, a década de 1990, para o Chile, foi contraditória. Ao mesmo tempo em que o país passava pelo chamado “milagro chileno”, mostrava números altos em termos de níveis de desigualdade social, como se constata na seguinte afirmação: “Tan sólo Sudáfrica, Lesotho, Honduras, Tanzania, Guinea Ecuatorial, Panamá, Guatemala y Brasil presentan una distribución del ingreso más injusta que la chilena” (MOULIÁN, 1997 apud BORÓN, 2003, p.13).

Na Argentina, a realidade não foi muito diferente, apesar do país “fazer toda a lição de casa”,

Tal cual manda la ortodoxia Del Consenso de Washington privatizando casi todo lo que podia privatizarse; desregulando y liberalizando hasta llegar a constituir 'mercados selvagens', destruyendo el estado; achicando el gasto público; abriendo irresponsablemente la economía; facilitando la especulación financiera; favoreciendo la concentración del ingreso, etc. Y además todo esto hizo en democracia (BORÓN, 2003, p.17)

A “onda privatista” que assolou a América Latina, defendida pelo discurso da eficiência dos serviços privados e da ineficácia dos serviços públicos, que os organismos internacionais disseminaram na região, “sustenta que tudo o que Estado faz é mau, ineficiente e corrupto; e que tudo o que faz o setor privado é bom, eficiente e virtuoso” (idem, p.82).

A Argentina foi o país latino-americano que incorporou com maior veemência os princípios neoliberaliais. Nas palavras de Borón (2000 apud SADER; GENTILI, 2000, p. 81),

Ofuscados por seu afã de ser 'mais papistas que o papa' (...) Privatizaram as empresas públicas, mas transferindo escandalosamente, a preços irrisórios e sem as precauções mais elementares – que foram tomadas, por exemplo, no Reino Unido, pela sra. Margaret Thatcher - , o patrimônio acumulado por várias gerações na antiga 'pátria contratista' a multinacionais privadas ou a monopólios estatais estrangeiros.

Fato que não ocorreu nos países da Europa e nos Estados Unidos, na América Latina, o modelo político neoliberal adotado implicou na perda da soberania nacional, ou seja, na perda da capacidade desses países de tomarem suas próprias decisões, tendo em vista que “o neoliberalismo, aqui, se apresenta como inimigo do nacionalismo” (FERNANDES, 2000 apud SADER; GENTILI, 2000, p. 57).

Como bem observa Borón (2000 apud SADER; GENTILI, 2000, p. 110), o neoliberalismo representa uma ameaça às democracias latino-americanas, no sentido de torná-las pequenas e impotentes. Efetivamente, “uma democracia 'minimalista' não tem condições de fazer frente aos grandes desafios e aos graves problemas sociais gerados pelo funcionamento do capitalismo latino-americano”.

Continuando a desenvolver sua reflexão, Borón (2000 apud SADER; GENTILI, 2000, p. 110) diz que essa democracia, vazia em si mesma, em seus termos, uma “casca seca”, gera conseqüências sociais drásticas, devido à redução da sociedade a uma situação “quase hobbesiana”, do “salve-se quem puder”. As conseqüências, segundo o referido autor, são:

O aumento da violência e da criminalidade, a decomposição social e a anomia, a crise e a fragmentação dos partidos políticos, a prepotência burocrática do Executivo, a capitulação do Congresso, a passividade da Justiça, a corrupção do aparato estatal e da sociedade civil, a ineficácia do estado, o isolamento da classe política, a impunidade para os grandes criminosos e a ‘mão dura’ para os pequenos delinqüentes.

Esse processo de esvaziamento da democracia enfraquece as políticas sociais de Estado, distanciando da efetividade de políticas sociais participativas que abarquem a maioria da população, aproximando-se de um Estado de concepção individualista e privatista que, devido às condições dadas pelo sistema capitalista, termina por beneficiar a minoria elitista da população, privilegiando aqueles que têm acesso aos benefícios da ciência e da tecnologia criada por essa mesma elite, mas produzida pela classe trabalhadora.

Os latino-americanos ficam igualmente reféns de receber orientações sobre a administração da riqueza ambiental (mineral, fauna e flora) de seus países, no caso do Brasil, sobre a Amazônia, que foi chamada de “patrimônio da humanidade” e, para tal, “aberta” à exploração internacional.

Apesar dos avanços tecnológicos e da medicina, os efeitos da política adotada na região têm influenciado nas condições de saúde, especialmente em relação aos dados de mortalidade infantil latina, visto que este

Continua sendo um indicador extremamente sensível às condições de vida. Seu comportamento tem permitido também demonstrar o impacto das ações de saúde quando estas são desenvolvidas de forma efetiva e permanente. (SOARES, 2002, p.60)

No período que vai de 1990 a 1995, o número de mortes de crianças menores de um ano de idade chegou a 460 mil. As causas dessas mortes são divididas em dois grupos – doenças transmissíveis e doenças perinatais.

Fazendo ainda referência à Argentina, o número de mortes de crianças por doenças curáveis e de idosos que morriam em casa, com pouca ou nenhuma assistência médica, revela a falta de atenção à saúde e o caos em que mergulhou este país quando aceitou, sem ressalvas, o projeto neoliberal (BORÓN, 2003, p.20)

Por sua vez, o México, um dos primeiros países da América Latina a embarcar na “onda neoliberal”, apresentou redução da estatura média dos adolescentes (segundo uma pesquisa médico-social). Os adolescentes diminuíram 1,7 centímetros, entre 1982 e 1997, lembrando que 1982 foi o ano em que começaram as políticas de ajuste (LAURELL, 1998 apud BORÓN, 2003, p.22):

Para que una involución de este tipo sea posible en apenas quince años se requiere someter a la población a penurias económicas y privaciones nutricionales extraordinarias y persistentes, demostrativas del verdadero significado de las políticas ‘amistosas hacia el mercado’ y sus perniciosas consecuencias en términos de exclusión social.

Enquanto os efeitos do ajuste, para os países do chamado “núcleo orgânico do capitalismo” – Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha –, geraram desenvolvimento sem aumentar a concentração de renda, para os países considerados “fora do núcleo orgânico” – a América Latina -, eles

Geraram e estão gerando conseqüências sociais explosivas: duro processo de privatização do Estado, crescente criminalização da política, desemprego e aumento significativo da violência urbana, são alguns dos ingredientes desse legado (GENRO, 2000 apud SADER; GENTILI, 2000, p. 63).

Nesse sentido, o modelo neoliberal traz consigo um aporte de resultados que não são sintomas de que o sistema está em mau funcionamento, ao contrário, são indícios de que a economia está se “reestruturando”, dentre os quais:

desemprego, subemprego, informalidade no trabalho, desproteção trabalhista, diminuição dos direitos sociais (SOARES, 2002, p. 12-13).

Manifestando-se sobre o tema, RIBERO (2001, p.190), em seu artigo “Algunas vinculaciones entre los procesos de exclusión social y los cambios en el mundo del trabajo”, aponta três aspectos principais relacionados à realidade europeia e à realidade latino-americana, que se vinculam aos processos de exclusão do mundo do trabalho. O primeiro aspecto diz respeito aos “inúteis para o mundo” (CASTEL, 1998), pessoas que não são nem mesmo exploradas, pois estão fora do mercado de trabalho e, nesse sistema, não servem para a produção de nenhuma riqueza. O segundo aspecto refere-se aos direitos sociais e se caracteriza pela perda de direitos já conquistados, os direitos civis políticos e sociais são restringidos a apenas direitos civis. Nesse contexto, os direitos sociais transformam-se em mercadorias, uma vez que “actualmente los derechos sociales van perdiendo posibilidad de ser demandables y se pasa de la responsabilidad pública a la privada” (RIBERO, 2001, p. 190).

Finalmente, o terceiro aspecto, segundo a autora, é consequência do segundo, visto que “la aprobación de los derechos sociales no solo permitió el ejercicio real de los civiles y políticos, sino que a su vez imprimió cambios en los marcos culturales de las sociedades modernas” (idem).

Essa nova relação social com o trabalho tem gerado um

Retroceso en relación a conquistas sociales, ubicando a los trabajadores en un escalón más bajo de la reivindicación social. Remiten a formas de trabajo más precarias, más inestables y menos protegidas y por lo tanto a vidas para aquellos que viven de su trabajo más precarias, más inestables y menos protegidas. La individualización-emancipación (para algunos) se acompaña de una individualización-fragilización (para la mayoría). (RIBERO, 2001, p.191).

Em sua análise sobre o tema, Kliksberg (2002) afirma que “a pobreza está fortemente ligada aos difíceis problemas que se apresentam no momento à população que busca um trabalho estável”.

Comparativamente, entre 1990 e 1997, segundo estatística da CEPAL (1998), a taxa de desemprego nas zonas urbanas latino-americanas aumentou drasticamente. Exemplificando, citam-se os países do Cone-Sul: em 1990, a Argentina tinha uma taxa de 6%, e pulou para 14% em 1997; o Uruguai, com pouco mais de 8% de taxa de desemprego em 1990, teve um aumento de 2% em 1997; o Brasil, com pouco mais de 4% em 1990, quase dobrou a taxa de desemprego em 1997 (idem).

Esse aumento das taxas de desemprego, especialmente nos grandes centros urbanos, tem gerado o aumento vertiginoso do trabalho informal, ou seja, do número de pessoas trabalhando sem nenhum direito assegurado. Quem trabalha informalmente, trabalha para a garantia do mínimo necessário para sua subsistência. O tempo presente é um fator extremamente importante, não há nenhuma garantia quanto ao futuro.

A desproteção social incide na vida do trabalhador por diversos motivos, entre eles: desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas, diminuição dos salários, diminuição da oferta de empregos (pelo crescimento da tecnologia). O medo do desemprego faz com que o trabalhador se submeta a qualquer salário sob quaisquer condições.

Levando em conta esta situação, as políticas sociais são uma tentativa do Estado para ligar essa “fratura social”, na esperança de minimizar os efeitos da desastrosa contradição capital versus trabalho. O que ocorre é que as políticas públicas que se apresentam são, no mínimo, ineficazes, não correspondendo à realidade social. Em suma, não são políticas que atinjam as causas, mas apenas seus efeitos mais superficiais.

Na concepção de Soares (2002, p.91), faz-se necessário o resgate para um conceito mais amplo de política pública

Que não se limite às concepções setoriais; ao minimalismo das práticas locais ‘bem-sucedidas’; ao reducionismo econômico e, sobretudo, que não se submeta a uma supostamente necessária cronologia: estabilização – crescimento econômico – redistribuição.

Ao olhar para a América Latina que incorporou, sem ressalvas, as medidas de ajuste neoliberal, sem medir suas consequências, mas como se fossem a única tábua depois do naufrágio, vislumbra-se, hoje, uma região mais pobre, mais desigual do que antes.

Um fato contraditório da política de ajuste neoliberal reside em que esta orienta à diminuição dos gastos sociais (de tal modo que os Estados nacionais consigam um equilíbrio no superávit fiscal e garantam o pagamento da dívida externa) através do desmonte do sistema de proteção social, ao mesmo tempo em que, devido ao conjunto de suas propostas, faz aumentar a demanda por serviços sociais, gerando um “Estado de Mal-Estar na América Latina” (SOARES, 2002, p.75).

Na perspectiva de Borón (2003, p. 10), as reformas fracassaram em três aspectos: primeiramente não conseguiram manter um crescimento econômico estável; em segundo lugar, não conseguiram aliviar a situação de pobreza e exclusão social que prevalecia na região, gerada pelo modelo de industrialização substitutiva de importações e pela crise da dívida; o terceiro e último aspecto refere-se à menor importância dada ao fortalecimento das instituições e organizações democráticas, fazendo com que a legitimidade popular ficasse enfraquecida.

Para concluir estas reflexões e parafraseando Abreu (1997, p. 62), dificilmente os povos periféricos participarão do progresso material e cultural da humanidade se não romperem com os vínculos de subalternidade, como se esses países ainda fossem colônias dos chamados países desenvolvidos. Para isso, precisam avançar no sentido de promover a distribuição da riqueza, das informações, do saber e dos direitos humanos, contrariando a atual retórica do assistencialismo emergencial e paternalista.

2.3 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS NEOLIBERAIS PARA O BRASIL

Apesar de apresentar diferentes particularidades, devido a questões internas, inerentes à realidade social do país, o Brasil sofre as consequências do

projeto neoliberal, do mesmo modo que outros países da América Latina que, após ditaduras, incorporaram o projeto neoliberal como forma de “consolidar a democracia”.

Para entender porque isto ocorre, é preciso voltar um pouco no tempo. O Brasil entrou na década de 1980 como

O país que havia perdido, durante a ditadura, não somente a tradição de democracia, mas também qualquer sentido de justiça social. A ditadura havia exacerbado o capitalismo e a mercantilização da sociedade. A polarização social havia transformado o Brasil no campeão mundial de desigualdade social, com a pior distribuição de renda do mundo. O ensino público estava em estado de falência, o mesmo acontecendo com o sistema de saúde, enquanto o enriquecimento de camadas minoritárias da população fazia com que o mercado interno se restringisse ao usufruto de 20% da população (SADER, 1995. p.146)

O movimento das “Diretas Já”⁶, que se opunha ao governo ditatorial e propugnava as eleições para presidente, bem como para outros cargos do Executivo, um momento de ebulição das classes trabalhadoras, de fortalecimento dos movimentos sindicais e dos movimentos sociais, era um movimento de luta contundente pela democracia. Por isso, foi importante o protagonismo do Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1979 e liderado por um líder sindical, Luiz Inácio da Silva, Lula, dos movimentos dos negros, dos índios, das mulheres, dos sem-terra – apoiados pela Igreja Católica (SADER, 1995, p. 151). Nesse momento, “ser de esquerda era estar, de alguma forma, envolvido no processo de democratização da sociedade brasileira” (SADER, 1995, p. 151).

Após vários desdobramentos históricos, em 1985, deveria assumir a presidência o presidente eleito, Tancredo Neves (PMDB), o que não ocorreu devido à sua prematura e inesperada morte. Assim, quem assumiu o cargo foi o vice, José Sarney – “o primeiro presidente civil a assumir o Estado brasileiro, desde a deposição de João Goulart em 1964” (PETTA; OJEDA, 1999, p.274).

⁶ Ficou conhecida como Diretas-Já, a proposta do deputado federal Dante de Oliveira, que apresentou ao Congresso Nacional em 1983, uma proposta de emenda constitucional que previa eleições diretas para Presidente da República em 1985. O PMDB liderou a campanha nacional para aprovar a Emenda Dante de Oliveira (PETTA e OJEDA, 1999).

Durante o governo Sarney, a situação econômica do país estava em colapso. A inflação chegou a 235% ao ano, em 1985 - foi o que sobrou das ditaduras. O salário que a maioria dos brasileiros recebia não era suficientemente capaz de garantir uma vida digna. Os preços aumentavam todos os dias, porém, os salários não contemplavam o mesmo aumento.

Como decorrência da luta dos movimentos populares, em 1986, foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte, para que se elaborasse uma constituição de bases democráticas, pois a Carta Magna vigente na época havia sido redigida pelo governo militar (PETTA; OJEDA, 1999, p. 274).

Considera-se importante destacar aqui que a Constituição de 1988 representou um salto na direção de concretizar os direitos sociais, sendo, por isso mesmo, chamada por Ulysses Guimarães (o então presidente da Assembléia Nacional Constituinte) de “a Constituição cidadã”.

A Constituição brasileira de 1988 foi um salto porque

Introduziu o direito à assistência social para aqueles que dela necessitaram, sem a exigência de contribuição prévia, ampliando e reafirmando a importância das ações dos governos e da sociedade civil na esfera da reprodução social e com um caráter não mercantil. Mas, ao final do governo Sarney prevalecia a tendência conservadora da contra-reforma, sob o argumento de que a nova Constituição tornava o País ingovernável (SILVA, 1999, p. 66)

Como já se mencionou anteriormente, esta rápida retrospectiva fez-se necessária para situar o tempo histórico em que o Brasil foi inserido no projeto neoliberal. Um momento de transição democrática, de “baixar a guarda” dos movimentos populares, de grave crise inflacionária e fiscal, etc. É nesse momento (final da década de 1980) que o projeto neoliberal encontra espaço, pois a nação precisa de uma resposta imediata para a crise financeira. Como bem observa Vianna (2005, p. 129), “o contexto dos anos 90 se mostra propício ao avanço da concepção liberal revisitada.”

Na análise da Assistência Social, foi a tentativa de derrubada dos direitos sociais, historicamente construídos, em boa medida, pela luta dos movimentos

sociais. O desmonte da Seguridade Social no Brasil (Previdência, Saúde e Assistência), vem ao encontro da lógica de diminuição de gastos sociais, visto que,

As políticas sociais universais, não-contratualistas e constitutivas de direito de cidadania são acusadas pelos neoliberais de propiciarem o esvaziamento de fundos públicos, mal-gastos em atividades burocratizadas, sem retorno e que estendem a cobertura a toda a população indiscriminadamente (MONTAÑO, 2002, p.188).

Por conseguinte, as políticas de “desajuste” neoliberal,

Prestigiando uma ideologia de proteção só para os desprotegidos, ou seja, as ações de proteção social, advindas de recursos do Estado só focalizarão uma parte da população, logicamente aquela que se encontra abaixo da linha da pobreza, enquanto que o resto da população encontrará sua proteção nas prateleiras e vitrines do livre mercado. Assim, assistimos em toda a década de 90, a desregulamentação da Constituição Federal de 1988, num ataque a agenda universalista prevista, que mesmo antes de ser implementada já sofreu um desmonte, através das reformas da previdência, onerando cada vez mais o trabalhador, a focalização da assistência social e a universalização excludente na saúde (PEREIRA et al, 1998).

O golpe final para a entrada do neoliberalismo no Brasil foi dado na eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, que incorporou veementemente seu ideário neoliberal, através de medidas como, por exemplo,

Redução do estado pelas privatizações, fim do déficit público, abertura da economia para o mercado internacional com a retomada dos investimentos externos, estabilização da moeda com reforma monetária, fiscal e desregulamentações (SILVA, 1999, p. 66).

E o país, ao caminhar de acordo com essa lógica, pagou (e paga) um custo alto na área social.

Entre 1989 e 1998, o desemprego no Brasil aumentou, estimativamente, em torno de 280,3%⁷ O desemprego juvenil era 1,9% maior que o índice nacional. As pessoas que tinham entre quatro e sete anos de estudos eram mais afetadas pelo desemprego do que aquelas com menos de um ano de estudo. A taxa de desemprego de pessoas com mais de oito anos de estudo era 2,2% maior em comparação com a taxa de desemprego dos trabalhadores com baixa escolaridade (POCHMANN, 2000, p. 130).

Foi neste contexto conturbado que Collor sofreu o “*Impeachment*” e, pelo menos temporariamente, o avanço do neoliberalismo foi, de certa forma, “barrado”. Assumiu, então, o vice – Itamar Franco, que tinha como Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC). Este implementou o Plano Real, conseguindo, finalmente, a tão desejada diminuição da inflação.

O desmonte das políticas públicas de Estado deu-se na década de 1990, num momento em que ocorriam as regulamentações das legislações da Constituição Federal de 1988 (VIANNA, 2005, p.129) como, por exemplo, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993. O discurso da ingovernabilidade do país pretendia a substituição da recém-nascida Seguridade Social (antes que ela ganhasse forças para andar sozinha) pelos chamados “Programas de Solidariedade”, no exemplo brasileiro, o “Programa Comunidade Solidária”.

Também “corria solto”, no país, “o discurso oficial de que o mundo havia mudado, o abandono do princípio da universalidade, embora jamais explicitado, se cristalizaria no enaltecimento dos novos preceitos liberais” (VIANNA, 2005, p.129).

Conforme Yazbek (1996 apud OLIVEIRA, 2007), houve, na política social brasileira dos anos de 1990

Uma refilantropização da questão social, na qual uma das características é a dependência do investimento público na área social do desempenho geral da economia, ‘o que abre caminho para políticas assistencialistas e de precário padrão, cujo resultado maior é a expansão de uma população sobrando de ‘necessitados’ e de ‘desamparados’.

⁷ Dados FIBGE/PNAD, extraídas do livro: POCHMANN, Márcio. **Brasil no limiar do Século XXI**, p. 129, 130.

O esgotamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), “como partido dirigente da transição democrática gerou crises internas, produzindo, numa delas, o surgimento do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)”, que passou a “congregar boa parte dos quadros mais prestigiados do PMDB” (SADER, 1995, p.152), dentre eles, Fernando Henrique Cardoso. Sintetizando, pode-se dizer que,

O PSDB foi redefinindo sua interpretação da crise brasileira, passando da crítica à privatização do Estado feita pelos setores conservadores para a versão segundo a qual reside no déficit público o nó que bloqueia o desenvolvimento econômico do país. Este, uma vez retomado, após um combate radical à inflação, levaria ao desenvolvimento social (SADER, 1995, p.152).

O “bem sucedido” Plano Real, que garantiu estabilidade econômica, foi uma boa propaganda na campanha eleitoral de 1992, pois abriu portas para a candidatura e eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1993. O novo presidente do país seguiu rigorosamente as recomendações do Consenso de Washington, através de privatizações, como as das companhias telefônicas e a da Vale do Rio Doce (por um preço irrisório). Para Oliveira (2000 apud ANDERSON, 2000, p. 26), o problema desse receituário reside no fato de que, “enquanto a economia se recupera, o social piora”.

Ainda com relação ao governo de FHC, de acordo com o senso comum, aparentemente, sua política econômica foi bem sucedida,

Mas o fato concreto é que, tendo Fernando Henrique Cardoso liberalizado, por sugestão do FMI, o fluxo de capitais externos especulativos de curto prazo no Brasil (hot-money) – que supostamente inundariam nosso país, nos trazendo riqueza e prosperidade, exatamente o oposto do desejado se deu: a cada imprevisto que surgia do outro lado do mundo, fosse ele problemas na Rússia, crises na Malásia, a economia brasileira sofria uma retirada abrupta desses capitais internacionais especulativos (hot-money), o que obrigava FHC a pedir socorro ao FMI, o que fez três vezes (WIKIPÉDIA).

Na realidade, o discurso do governo FHC, desde o tempo em que ele foi Ministro da Fazenda, pregava que “a economia privada vai bem, o Estado é que vai mal” (SADER, 1995, p.154). Sua atuação foi no sentido de diminuir o déficit público,

Mediante drásticos cortes nas políticas sociais, que viram reduzidos em vários bilhões de dólares seus recursos no ano em que esteve no Ministério da Fazenda e no período em que sua equipe deu continuidade a suas orientações. (SADER, 1995, p.154)

Num contexto de uma política orientada para a redução de gastos sociais, com a finalidade de reduzir despesas, encontra-se o Assistente Social, o profissional que se vê obrigado a “diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos” (IAMAMOTO, 2004, p.20). Dessa forma, o Assistente Social, vê-se tolhido ao exercer a profissão, na defesa dos direitos sociais, na universalização dos bens e serviços sociais, pela equidade e justiça social, como preconiza o Código de Ética Profissional (1993).

Para Emir Sader (1995), naquele período, que compreendia o final do mandato de Itamar Franco, o Brasil convivia com dois discursos: um, caracterizado pela necessidade de reforma do Estado e modernização do país, que se pautava na estabilização da economia, na abertura para exportações, nas privatizações e desregulamentações, identificado com o governo de Itamar Franco e com o PSDB, que prometia a retomada do poder aquisitivo, como um fator conseqüente da baixa inflacionária, especialmente pela população de menor renda, que era a mais penalizada; o outro, o discurso do PT, a favor da justiça social, da distribuição de renda de forma igualitária, visto que o Brasil era um dos países mais desiguais do planeta, baseado na premissa de que a direção política, dentre elas, a econômica, seria a causa da crise social, e que apresentava outras possibilidades políticas, em prol da distribuição de renda, da reforma agrária, da renegociação da dívida externa.

Fernando Henrique Cardoso governou durante dois mandatos: o primeiro, de 1995 até 1998, e o segundo, de 1999 até 2002, sendo o primeiro presidente a ser

reeleito no Brasil. Em 1º de janeiro de 2003, entregou a faixa presidencial para Luiz Inácio Lula da Silva, que venceu a disputa presidencial após cinco tentativas.

Para Freitas (2007), a eleição de Lula inaugurou um novo ciclo na política brasileira, do ponto de vista sociológico, devido à sua origem e à sua trajetória sindical, e do ponto de vista político, pela coalizão com o Partido Liberal (PL), que tinha orientação política oposta à do Partido dos Trabalhadores (PT).

Havia grande expectativa por parte da população com relação ao governo de Lula. Esperava-se que ele, enfim, colocassem em prática as propostas e cumprisse as promessas feitas em cinco campanhas eleitorais. Definitivamente,

(...) havia a esperança de que o governo Lula se comprometesse com amplo e consistente sistema de atenção e proteção, no âmbito das necessidades humanas e sociais; de que contemplasse todas as áreas sociais, educacionais e político-culturais; e de que promovesse, enfim, o incentivo e o protagonismo dos indivíduos e grupos sociais para o encaminhamento de soluções dos problemas brasileiros (FREITAS, 2007, p. 66).

Ao invés disso, o governo Lula optou pelo continuísmo da política econômica de FHC, nos moldes neoliberais. Entretanto, pode-se afirmar que “o governo Lula não é mera cópia do anterior” (FREITAS, 2007, p. 67), tendo em vista algumas ações por ele efetivadas no primeiro mandato (2003-2006) e que representam melhorias, entre elas: uma postura mais independente e ativa em relação à política externa; disposição em dialogar com os movimentos sociais; diminuição da dívida externa; investimentos no agronegócio, sem deixar de apoiar significativamente a agricultura familiar; aumento substancial do salário mínimo – 75%, contra uma inflação acumulada de 26% (FREITAS, 2007, p.67).

Um dos principais programas sociais do governo Lula foi o Programa Fome Zero, lançado em 30 de janeiro de 2003, e executado

Por três grupos de políticas: as políticas estruturais, voltadas para as causas mais profundas da fome e da pobreza; as políticas específicas, voltadas para atender as famílias sem segurança

alimentar; e as políticas locais que podem ser implantadas imediatamente, através da ação das prefeituras e da sociedade civil (NAÇÕES UNIDAS, 2006 apud BRAMI-CELENTANO; CARVALHO, 2007, p. 302)

Também de relevância, o Programa Bolsa Família (PBF), versão ampliada do Programa Bolsa Escola, do governo FHC, atende mais de 10 milhões de famílias em todo o país. É um programa de transferência de renda, mediante condicionalidades, tais como a frequência à escola – para crianças em idade escolar, a observância ao cronograma das vacinações das crianças e adolescentes (segundo propõe o Ministério da Saúde), dentre outras. Com relação a este programa do governo Lula,

A garantia de renda proveniente do Bolsa Família não teria como propósito substituir o sistema de proteção social atualmente existente, mas complementá-lo, tendo em vista a complexidade da realidade brasileira. Não seriam necessários muitos recursos para diminuir o número de famílias localizadas abaixo da linha da pobreza. Essa deveria ser a prioridade em termos de política social imediata, mesmo que um programa mais ambicioso (...) envolvesse uma quantidade de recursos mais significativa, pois somente dessa maneira poder-se-ia dizer que a sociedade brasileira estaria verdadeiramente comprometida com o desenvolvimento do país (FREITAS, 2007, p. 71)

Porém, a crítica ao PBF recai no fato de se acusar o presidente Lula de utilizar o programa como propaganda eleitoral, no caso do segundo mandato, e de promover um programa assistencialista. O fato é que as estatísticas demonstram que há um incremento na economia local, e que as famílias utilizam realmente o recurso para a compra de alimentos (MARQUES; MENDES, 2007).

Além desses aspectos, outros igualmente importantes podem ser mencionados no que diz respeito ao programa Bolsa Família:

- a) em média, o benefício representa 21% do orçamento familiar;
- b) em vários municípios brasileiros, os recursos recebidos constituem a principal fonte de renda, superando enormemente não só a arrecadação municipal como as

transferências constitucionais, os recursos destinados à saúde pública, entre outros indicadores. Há municípios em que quase a metade da população é beneficiada por esse programa (MARQUES et al., 2004 apud MARQUES; MENDES, 2007)

Tais críticas, sem base científica em pesquisas, mas, provenientes do senso comum, vão desde “precisamos ensinar a pescar e não dar o peixe”, e, “esse pessoal usa o dinheiro do benefício para comprar cachaça”, e, o governo dá essa esmola por motivos eleitoreiros, dentre outras.

Apesar de em 2009, ainda não terem sido anunciados os futuros candidatos à disputa presidencial de 2010, já aparece na mídia como candidata petista a reeleição a ministra da Casa Civil – Dilma Rousseff. Além disso, o governo Lula, também é acusado de fazer campanha antes do tempo, quando revela números positivos de seu governo.

Mesmo considerando os avanços dos programas Fome Zero e Bolsa Família, não se pode deixar de lembrar que são programas de governo e, portanto, não permanentes (correndo o risco de serem transformados em outros programas no fim do mandato). A maneira como são gerenciados se torna outro entrave para a sua efetividade. É necessário que eles sejam mais do que programas de “caráter temporário ou episódico [...], já que a extensão e a profundidade da nossa pobreza exigem políticas sociais permanentes que atinjam também suas raízes mais estruturais” (SOARES, 2002, p.81).

A grande prova de estabilidade econômica do governo Lula veio neste ano de 2009, quando o mundo foi assombrado por uma crise fiscal, crise gerada principalmente pelos Estados Unidos; devido em grande medida, às dívidas com o crédito imobiliário deste país.

O Presidente Luis Inácio Lula da Silva, respondeu de forma otimista, dizendo que o Brasil não iria sofrer grandes reflexos da crise, mas, que tudo não passaria de uma “marolinha”, referindo-se que seriam ínfimos os seus reflexos para o país, e, que praticamente, não seria percebido. Diferentemente dos países de capitalismo avançado a crise chegava como um “tsunami”. O presidente foi duramente criticado, principalmente, quando certos índices de exportação caíam, ou ocorria diminuição da taxa média de lucros.

Em 2005, a criação do PROUNI – Programa Universidade para Todos, que oferece uma bolsa de estudos para estudantes de baixa renda, foi, de certa forma, um reforço para o ensino superior privado, abrindo mais uma porta para a iniciativa privada, que encontra na educação uma boa fonte de lucros.

Além da área social, na esfera econômica, o Brasil, para surpresa da oposição, atingiu o recorde de 37,37% do PIB em 2005 (BRAMI-CELENTANO; CARVALHO, 2007). Certamente,

Trata-se de um verdadeiro paradoxo: a pressão fiscal vai além de um terço da renda nacional, proporção semelhante aos níveis da Europa Ocidental; mas o país, campeão de desigualdade, ocupa a 69ª posição no ranking do IDH das Nações Unidas, a despeito de contar com políticas sociais razoavelmente desenvolvidas (BRAMI-CELENTANO; CARVALHO, 2007 apud NAÇÕES UNIDAS, 2006, p. 302)

Ainda não é possível avaliar o atual governo Lula, mas até o presente momento pode-se afirmar que

(...) os equívocos do governo Lula começaram pela rejeição da participação popular e pela frustração das promessas eleitorais, dando continuidade a e até mesmo gerando a necessidade de alianças parlamentares amplas, as quais se constituem em obstáculos à geração de esperanças com relação ao seu governo (FREITAS, 2007, p.73)

Para concluir, ressalta-se que o Brasil não é mais o mesmo. Muda a política, a economia, a esperança do povo aumenta e diminui. O país, às vezes, melhora, outras vezes, piora, mas continua com índices de desigualdade social aproximados aos da África subsaariana; no norte e nordeste, as crianças continuam em situação de risco e de vulnerabilidade social, com índices alarmantes de desnutrição e mortalidade infantil, os quais se aproximam aos dos países mais pobres do mundo. A pobreza e a exclusão estão expostas nos jornais, nas ruas, para quem quiser ver.

3 POBREZA, DESIGUALDADE, EXCLUSÃO, VULNERABILIDADE E RISCO: TERMOS, CONCEITOS E CATEGORIAS – TENTATIVAS DE EXPLICAR UMA REALIDADE SOCIAL COMPLEXA

Os termos e os conceitos: pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco, como categorias de análise estão presos à história material e política de uma determinada população, por isso, ao interpretar certa realidade social, os termos, e especificamente estes termos, relacionam-se diretamente à temporalidade e à espacialidade, considerando que, ao interpretar uma realidade, ela passa pelos crivos da cultura, da ética, dos valores pessoais do pesquisador.

A realidade social dispõe de aparatos lingüísticos para sua explicação e interpretação através dos termos, dos conceitos e das categorias.

Tendo em vista estes aspectos, nesta sessão, pretende-se apresentar os termos: pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco, contextualizando-os na sua temporalidade e espacialidade, porém, considerando a imprecisão em conceituá-los ou defini-los. Por isso, neste trabalho, será apropriado dizer que esses termos são noções (ZIONE, 2006) ou representações (FREITAS, 2004), que são aproximações com as realidades empíricas ou tentativas de explicações da realidade.

Esta sessão está dividida em dois momentos: o primeiro tem por objetivo identificar o que são termos, conceitos e categorias, uma vez que são imprescindíveis para entender as concepções exploradas neste trabalho; no segundo momento, apresentam-se breves interpretações sobre os termos: pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco.

3.1 TERMOS, CONCEITOS E CATEGORIAS

Ao escolher determinados termos em detrimentos de outros, seja na literatura especializada do Serviço Social como profissão, seja no âmbito da execução, na elaboração de pareceres, estudos sociais e outros documentos da

profissão, fazem-se escolhas teóricas contextualizadas no tempo e no espaço, por influência da formação ou do contexto institucional no qual se está inserido.

Por isso, a escolha

Não deriva de um acaso do caminhar sem rumo, mas de uma opção teórico-metodológica clara e explícita: aquela que concebe o real como uma totalidade concreta, saturada de determinações, mediações e particularidades interconectadas, que entende a realidade social com um processo histórico. (MONTAÑO, 2002, p.17)

Assim sendo, na escolha de determinados termos, levar-se-á em consideração que eles são

Simples palavras, sempre revestidas de significados, porém emergindo do vocabulário do senso comum; guardam uma coerência interna ao emissor, revelam elementos de seu universo individual, mas não permitem evidenciar nem uma teoria nem os elementos constituintes de um conhecimento (SCOREL, 1999 apud ZIONE, 2006).

O perigo dos modismos recai sobre o emprego fortuito de certos termos, dentre eles: pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco, sem critérios de uso, fragilizando a apreensão sobre determinado fato ou realidade.

Nesse sentido, a linguagem torna-se extremamente importante enquanto ciência, quando se fala nas Ciências Sociais e na sua interferência direta no Serviço Social. Minayo (1994) revela essa importância quando diz que “a ciência é a forma hegemônica de construção da realidade” (MINAYO, 2004, p.10) e também quando declara que “para problemas essenciais, como a pobreza, a miséria, a fome, a violência, a ciência continua sem respostas e sem propostas”. (idem) A referida autora descreve que uma das razões da hegemonia da ciência, “consiste no fato dos cientistas terem conseguido estabelecer uma linguagem fundamentada em conceitos, métodos e técnicas para compreensão do mundo, das coisas e dos fenômenos, dos processos e das relações” (subidem).

Ao ler, ouvir, falar, escrever, das mais variadas formas que a tecnologia possibilita, abre-se as portas para uma determinada realidade através dos signos que são emitidos ou percebidos. Por isso, a importância da precisão, da exatidão, para que não ocorra distorção da realidade. De fato, é possível dizer que

Há um vaivém contínuo entre as palavras e as coisas, entre elas e as significações, de tal modo que a realidade (as coisas, os fatos, as pessoas, as instituições sociais, políticas, culturais), o pensamento (as idéias ou conceitos como significações) e a linguagem (as palavras, os significantes) são inseparáveis, suscitam uns aos outros, referem-se uns aos outros e interpretam-se uns aos outros (CHAUI, 2008, p. 155).

Ainda se manifestando sobre este tema, Chauí (2008) escreve que, para referir-se à palavra e à linguagem, os gregos possuíam duas palavras: *mythos* e *lógos*. Enquanto *mythos* significava narrativa e, além disso, a maneira como os seres humanos organizavam e interpretavam sua realidade, no sentido religioso, místico, a palavra *logos* exprimia três idéias: fala/palavra, ou seja, discurso, argumento e prova; pensamento/idéia, raciocínio e demonstração; e realidade/ser, ou seja, “as coisas e os nexos e as ligações universais e necessárias entre os seres” (idem, p. 148-149). Da palavra *logos* derivou a ciência moderna, tal como se concebe hoje.

As palavras estabelecem uma relação direta entre o emissor e o receptor da mensagem, visto que

A palavra, longe de ser um simples signo dos objetos e das significações, habita as coisas e veicula significações. Naquele que fala, a palavra não traduz um pensamento já feito, mas o realiza. E aquele que escuta recebe, pela palavra, o próprio pensamento (MERLEAU-PONTY, apud CHAUI, 2008, p.156)

Com efeito, os termos são códigos cheios de significados, são delimitações ou demarcações no tempo e no espaço. Assim, cada profissão tem sua terminologia, que é “conjunto de termos particulares de uma ciência, de uma arte, de um ofício, de uma profissão; nomenclatura” (Dicionário Aurélio on line) que, na literatura especializada de uma determinada profissão, reflete um determinado paradigma.

Quanto ao uso de termos, na literatura especializada do Serviço Social, “pega-se emprestado” termos e teorias das Ciências Sociais, pelo fato do Serviço Social não ser ciência, “e, na perspectiva dos teóricos (‘cientistas’) sociais, surge como a profissão da prática” (PAULO NETTO, 1992, p.104).

Dessa forma, “ergue-se, pois, um sistema de saber que (...) é eminentemente sincrético – e, na elaboração do saber, o sincretismo é a face visível

do ecletismo; ou, se se quiser, o ecletismo é o sincretismo do Serviço Social no nível do seu (...) sistema de saber" (PAULO NETTO, 1992, p.147).

Nesse sentido, José Paulo Netto problematiza o fato de o Serviço Social não ter um arcabouço teórico próprio e de ficar a “mercê dos movimentos institucionais que conferiam ou não àquelas produções a chancela da cientificidade” (PAULO NETTO, 1992, p.145). Além disso, o autor citado diz que

Não estará vinculado à produção de saberes especializados das ciências sociais: receberá os seus produtos, dos quais se beneficiará também enquanto chancelados pelo estatuto “científico” do meio de que provinham. Concebidas as ciências sociais como subsidiárias para a formação profissional, esta se colocava como subsidiárias para a formação profissional, esta se colocava como o estuário daquelas.

Mas os termos, sozinhos e soltos, não são suficientes para exprimir a abrangência de uma idéia, considerando que a realidade é captada através dos sentidos, e então, são formulados os conceitos. Assim sendo, um conceito é

Uma rede de significações que nos oferece: o sentido interno e essencial daquilo a que se refere; os nexos causais ou as relações necessárias entre seus elementos, de sorte que por eles conhecemos a origem, os princípios, as consequências, as causas e os efeitos daquilo a que se refere. O conceito ou idéia nos oferece a essência-significação necessária de alguma coisa, sua origem ou causa, suas consequências ou seus efeitos, seu modo de ser e de agir (CHAUI, 1998, p.161).

Um conceito é uma abstração, é uma explicação com a finalidade de exprimir uma determinada idéia. Quando uma palavra ou termo é emitido, o receptor da mensagem faz uma representação mental do termo e, assim, poderá descrevê-lo tal qual ele é (RUDIO, 1986, p.22).

A importância dos conceitos reside no fato de serem a base para a formulação de teorias, ou seja, sem conceitos não haverá ciência, pois, através de um conjunto de juízos constitui-se uma teoria, quando os conceitos se organizam e se ordenam (CHAUI, 1998, p.161).

Os conceitos teóricos são abstrações criadas pela ciência e por ela utilizadas na produção científica. Considera-se que os conceitos são “unidades de significação que definem forma e conteúdo de uma teoria, representam as vigas-

mestras de toda construção teórica (...) um caminho de ordenação da realidade” (ESCOREL, 1999 apud ZIONE, 2006).

Então, pergunta-se: o que vem antes, a realidade ou o conceito? O que existe (a realidade) é fruto do que existe no pensamento do ser humano ou o que ocorre é o inverso?

Para o entendimento dos conceitos, a realidade precisa ser estudada em todos os seus aspectos. Discorrendo sobre estes aspectos, Minayo (1994), observa que

Conceitos teóricos não são simples jogo de palavras. Como qualquer linguagem, devem ser construídos recuperando as dimensões históricas e até ideológicas de sua elaboração. Cada corrente teórica tem seu próprio acervo de conceitos. Para entendê-los, temos que nos apropriar do contexto em que foram gerados e das posições dos outros autores com quem o pesquisador dialoga ou a quem se opõe. (idem, p. 21)

O que acontece é que a realidade é mais rápida do que os conceitos e as teorias. A teoria tenta ser atual, mas parece que sempre “corre atrás” da realidade social, numa tentativa de explicá-la. Nesse sentido, faz-se relevante esta passagem:

Sociólogos – e demais cientistas sociais, obviamente – estão curvados diante de uma realidade que se mostra inelutável. A rapidez e a intensidade das mudanças operadas na realidade social, o objeto precípuo de todas as ciências sociais, a tornam auto-explicável, hiper-real (...) teoria e realidade se confundem. A teoria passa a ser a própria realidade. (...) Como se a realidade prescindisse de teorias explicativas, deixando os cientistas sociais a seu reboque. Perplexos, os cientistas sociais correm atrás da realidade e pedem carona na sua autoteorização (VIANNA, 2005, p.131).

Um mesmo conceito poderá indicar várias palavras, e uma mesma palavra designará vários conceitos (polissemia). Portanto,

Para evitar qualquer ambigüidade, procura-se na ciência, fazer a comunicação na base dos significados e dos referentes e não apenas da própria palavra. Por isso, a compreensão deve ser procurada nas definições, sendo-o mais importante do que perguntar: ‘o que foi que ele disse?’ e saber: ‘o que foi que ele desejou significar com o que disse’ (RUDIO, 1986, p. 23)

São vários os autores e variadas as correntes filosóficas que apresentam seus conceitos e suas teorias para a interpretação da realidade, através da

dimensão teórico-analítica, teórico-empírica ou teórico-política (SELL, 2002, p.39). Diferentemente de filósofos do método metafísico, que dizem que “a essência das coisas não se modifica”, no método dialético, “a realidade é um movimento constante”, ou seja, Marx, sob a influência de Hegel, concebe a realidade em constante movimento e transformação (SELL, 2002, p. 152 - 153).

Na tentativa de explicar os fenômenos sociais, utiliza-se a palavra categoria que,

Em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada a idéia de classe ou série. As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa (MINAYO, 1994, p. 70).

Como característica, “o materialismo dialético é a única corrente de interpretação dos fenômenos sociais que apresenta princípios, leis e categorias de análise” (RICHARDSON, 2007, p. 46).

Portanto, “as categorias são os conceitos básicos que refletem os aspectos essenciais, propriedades e relações dos objetos e fenômenos” (RICHARDSON, 2007, p. 49).

Nesses termos, as categorias

Possuem simultaneamente a função de intérpretes do real e de indicadores de uma estratégia política. As categorias são o instrumento metodológico da dialética para analisar os fenômenos da natureza e da sociedade. Portanto, são fundamentais para o conhecimento científico e indispensáveis nos estudos de qualquer ciência e na vida social (CURY, 1985, p.21 apud RICHARDSON, 2007, p.49- 50)

Ao olhar para os termos: pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco, interpretativos da realidade social, sob o prisma marxiano, precisa-se levar em conta que

O modo de produção de vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o seu ser social que,

inversamente, determina a sua consciência (Marx, 1983, p.24 apud LARA, 2007, p.79)

Então, para Marx, o ser humano, primeiramente é, ou seja, a realidade está posta, antes mesmo de sua consciência ou entendimento sobre esta mesma realidade? Conclui-se que as teorias respondem, são criadas a partir de determinadas realidades, não o inverso.

Nesse contexto, os termos, os conceitos e as categorias, são formulações teóricas originárias da realidade, e não se dão imediatamente.

Ainda no que concerne à realidade social,

Marx constrói um método que emerge da realidade social, o qual procura investigar a conexão íntima do movimento real, pois, na perspectiva ontológica (marxiana), só é possível apreender o real por meio de construções de categorias, ou seja, de determinadas apropriações do objeto de estudo (LARA, 2007, p.79).

Para tal, o Assistente Social não pode deixar de ser um pesquisador, uma vez que

Por meio da investigação científica, que na verdade é a sistematização de uma determinada realidade social, o profissional consegue apreender as intrincadas conexões do real e, assim, construir um caminho mais seguro para aproximar-se de respostas concretas tão almejadas nas suas intervenções (LARA, 2007, p.74)

Este trabalho identifica a incidência de alguns conceitos que designam a pobreza, a desigualdade, a exclusão, a vulnerabilidade e o risco, presentes na produção de autores da revista Serviço Social e Sociedade, dos números 63 a 97, mas antes disso, cabe fazer breves aproximações com outros autores.

Ao produzirem literatura para o Serviço Social, utilizando os referidos termos, os autores, naturalmente, realizarão escolhas teóricas que significarão e/ou ressignificarão os conceitos dessa realidade social mutante, na tentativa de explicá-la. Além de explicar, as teorias darão conta, por si só, de transformar essa sociedade?

Para terminar, convém destacar que, visto que “os filósofos se limitaram a ‘interpretar’ o mundo de diferentes maneiras; o que importa é ‘transformá-lo” (MARX; ENGELS, 1999, p. 14, apud LARA, 2007, p. 80)

3.2 BREVE RECUPERAÇÃO DOS TERMOS: POBREZA, DESIGUALDADE, EXCLUSÃO, VULNERABILIDADE E RISCO

Esses termos mais bem explicam noções ou aproximações com a realidade social do que propriamente expressam conceitos ou categorias dessa realidade.

É vasta a literatura sobre estes termos, que não estão presentes na literatura apresentando somente um significado. Ao contrário, apresentam vários significados e, com o passar do tempo, ganham novas conotações, sendo influenciados por vários aspectos conjunturais, que podem ser: históricos, econômicos, políticos, etc.

Naturalmente, ocorre a apropriação, pela categoria profissional, desse vocabulário, que acaba fazendo parte do dia-a-dia do meio acadêmico ou profissional. No uso dos termos, precisa-se levar em conta o significado deles, pois, o que ocorre é a polissemia desses termos, e não a sinonímia entre eles. O uso abusivo de determinados termos, sem sua devida contextualização, poderá trazer eventuais prejuízos na elaboração de projetos, programas e ações, e também na avaliação de estudos sociais, nos pareceres, na realização dos estudos sócio-econômicos, na elaboração e avaliação de pesquisas e, ainda, na realização de perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres em matéria de Serviço Social, que constituem as competências e atribuições privativas do Assistente Social.

Com relação aos termos apresentados, o termo pobreza apresenta-se como o mais antigo, uma vez que remonta a tempos bíblicos do cristianismo, quando já é utilizado não apenas para indicar falta ou carência, como se observa nesta passagem: “Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus” (Bíblia Sagrada - Mateus 5:3).

Na Idade Média, a Igreja Católica administrava as obras de caridade e cuidava dos pobres, nos hospitais, asilos, orfanatos, leprosários, sendo que o Estado, eventualmente, prestava ajuda pecuniária (OLIVEIRA, 1996 apud FREITAS, 2004, p. 12).

A pobreza aparecia com caráter desinteressado, livre da luxúria, da concupiscência deste mundo. A pobreza, nas ordens menores religiosas, era

caracterizada não pela fome ou miséria, mas por viver um estilo de vida modesta, com objetivos de vida regidos por valores não-econômicos (FREITAS, 2004, p.17).

Devido às migrações e ao advento do capitalismo industrial, que no Brasil ocorreu tardiamente, a pobreza se tornou um problema de ordem pública, especialmente no início do século XX, apesar do descaso dos governantes. Efetivamente,

Eles enfrentavam não apenas moradias superlotadas e insalubres, mas também insegurança no trabalho, pagamento e condições de trabalho miseráveis, doenças e alimentação deficiente em nutrição – problemas ignorados pelos governos brasileiros com objetivos exportadores (HAHNER, 1993, p.199)

Nesse período, a pobreza ganhou novas dimensões no Brasil, onde a questão social não era tratada como caso de política e sim como “caso de polícia”. Pessoas em situação de pobreza, que moravam amontoadas nos cortiços, eram consideradas marginais.

Então, a pobreza, ou melhor, pessoas em situação de pobreza ganharam uma nova representação na sociedade – passaram a ser chamadas de marginalizadas, ou seja, que estão à margem da sociedade, fora da via que, supostamente, todos deveriam seguir. Quanto a este último aspecto, especificamente,

A teoria da marginalidade pode ser criticada não apenas por constituir uma afirmação falsa sobre a natureza de um grupo social, mas também por constituir um mito, no pleno sentido da palavra – uma maneira de contar a história da humanidade segundo os interesses de uma classe em particular. E ainda esclarece que o paradigma da marginalidade baseia-se num modelo equilibrado ou integrado da sociedade. Dessa forma, os mitos são falsos e o modelo também não é válido (PERLMANN, 1977, apud FREITAS, 2004, p. 23)

São inúmeras as teorias explicativas e são também inúmeros os trabalhos sobre a pobreza, um fenômeno social que remonta à Antiguidade. No Serviço Social, o termo é usual, “aunque no siempre con mayor precisión que la que tienen en el lenguaje científico” (SOTO, 2003, p. 6).

No que se refere às tentativas de conceituação da pobreza, implicam diretamente nas formas de seu enfrentamento, seja erradicação, combate ou minimização da pobreza, e ainda, na forma de definir a linha da pobreza.

As duas principais vertentes no estudo da pobreza, segundo Gordon (apud FREITAS, 2004), se preocupam: a) em descobrir medidas para identificar a população pobre por suas carências; e b) em analisar a pobreza pelo viés do funcionamento econômico, do mercado de trabalho e da distribuição do emprego.

Apesar de haver uma imensa gama de produções teóricas sobre a pobreza, é importante observar que

O tema parece peculiar, porque as pessoas atuam como se fizessem parte de um vocabulário compartilhado quando, na verdade, não o são. Acredita-se que isto seja uma herança cultural e um empecilho para o pensamento analítico. Portanto, é importante desenvolver um vocabulário mais específico que permita uma melhor compreensão sobre o tema (OYEN, 1992 apud FREITAS, 2004, p. 3)

Um dos problemas para conceituar a pobreza está em estabelecer critérios para definir o que é pobreza. Como delimitar a situação de uma pessoa, se está sob condição de pobreza ou não? Nesse sentido,

A adoção de critério absoluto de pobreza implica a formulação de juízos de valor acerca de quais são os níveis mínimos indispensáveis para que as pessoas tenham direito de levar uma vida em consonância com a dignidade humana. Esses juízos de valor estão umbilicalmente ligados à natureza da sociedade, às concepções sociais prevaletentes. Daí porque esse núcleo de destituição absoluta, do qual resultam as mais diversas formas de privação, difere de país para país, tornando difíceis certas formas de comparação para que envolvam estabelecimento de padrões mínimos de necessidades (ROMAO, 1993 apud FREITAS, 2004).

Existem vários indicadores econômicos que definem o que seja pobreza, dentre eles, a concepção do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A definição de pobreza atribuída a pessoas com renda de até dois dólares por dia não dá conta de sua abrangência e complexidade. O Brasil, apesar de encontrar-se, atualmente, na posição de décima economia mundial, apresenta 40 milhões de pessoas que vivem na pobreza absoluta, e 43,5% da população ganha menos de dois dólares ao dia, ou seja, são considerados pobres (PNUD/UNIÃO EUROPÉIA, 1999, apud KLIKSBURG, 2001, p.16).

Além da renda, outros aspectos precisam ser considerados: a desestruturação da família (KLIKSBURG, 2000 apud FREITAS, 2004); a qualidade de vida (SEN, 2000 apud FREITAS, 2004); a exploração capitalista (SINGER, 2002

apud FREITAS, 2004); a proteção social (MURRAY, 1984, GILDER, 1981), a participação popular (FREITAS, 2004). Há ainda outros autores que apresentam a pobreza como originária ou decorrente de várias causas.

A discussão da pobreza perpassa pela discussão dos mínimos sociais, ou seja, é preciso definir o que seja considerado mínimo para a subsistência de uma pessoa, que difere do conceito de necessidades básicas, uma vez que vai além do sentido estritamente biológico e psicológico⁸.

Na América Latina, no presente século, a discussão da pobreza encontra eco, pois apresenta índices alarmantes. Enquanto nos países ditos desenvolvidos usa-se o termo “focos de pobreza”, na América Latina, fica difícil usar essa linguagem devido à sua extensão e diversidade. (KLIKSBURG, 2001, p.17).

Efetivamente, os números revelam um aumento significativo do número de pobres na região. Segundo dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), registrados no ano de 2000, houve crescimento da situação de pobreza, de 1997 até o início de 2000, de 204 milhões de pessoas para 220 milhões. (CEPAL, 2000, apud KLIKSBURG, 2001, p. 15).

A imprecisão teórica na conceituação da pobreza mantém uma interface com a falta de efetividade de políticas públicas. Se ao menos se pode precisar o que é pobreza, como ela (que não sabemos ao certo o que é) poderá ser combatida?

Ainda não há uma definição consensual do que seja a pobreza, mas existem “diferentes conceitos e disciplinas que se inter-relacionam, onde há uma convivência das múltiplas representações da pobreza” (FREITAS, 2004, p. 7-8).

Todavia, ao se discutir sobre a pobreza, observa-se a disparidade entre ricos e pobres, e se recai no debate da desigualdade social.

Quando se fala em desigualdade, podem-se apontar vários tipos de desigualdade: sexual, étnica, religiosa, de oportunidades. Entretanto, neste trabalho, será abordada a desigualdade de renda, ou seja, a diferença entre países pobres ou emergentes e as nações consideradas de capitalismo avançado. Também serão analisadas as gritantes desigualdades dentro de um mesmo país – enquanto poucos têm muito, a maioria da população detém uma pequena parcela da riqueza (produzida por eles – a classe trabalhadora). Ainda merecem atenção as

⁸ Para maiores informações sobre o tema verificar em: PEREIRA, Potyara. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

desigualdades regionais, no exemplo brasileiro, das regiões Sul e Sudeste em comparação com as regiões Norte e Nordeste.

Não resta dúvida de que a desigualdade social é um aspecto extremamente contraditório da realidade social. Apesar de o progresso tecnológico e científico ganhar proporções como nunca, antes, na história, com a descoberta de tratamento para doenças até há pouco tempo incuráveis e enigmáticas para a medicina; apesar de se viver na era da informação, em que o acesso às informações é irrestrito, em que as tecnologias aumentam a produtividade na agricultura e na pecuária, em que o acesso aos bens e serviços aumenta a qualidade de vida e a longevidade é uma característica do século XXI.

Mas ao mesmo tempo, existem milhares de crianças que ainda morrem de diarreia, por simples falta de saneamento básico e água potável. Milhares delas não têm acesso ao mínimo de escolaridade que contemple uma educação primária. Em 1998, a população de pobres e indigentes, ou seja, daqueles que não tinham o acesso mínimo a uma vida digna (alimentação, moradia, educação, lazer), na América Latina, era de 192 milhões (VERRIER, 1999, apud KLIKSBURG, 2001). O abismo entre um mundo e o outro é imenso.

O Brasil é o 10º país mais desigual do mundo numa lista de 126 países, e segundo este índice, perde somente para Colômbia, Bolívia, Haiti, e mais seis países da África subsaariana. É um dos países mais desiguais do mundo em termos de distribuição de renda, ou seja, muitos têm pouco da riqueza socialmente produzida, enquanto uma pequena parcela detém a maior parte do capital.

Observando as estatísticas da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), de 1981 a 2001, percebe-se que a realidade perversa é quase imutável nessas duas décadas: os 10% mais ricos detêm 50% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres ficam com apenas 10% da riqueza produzida. Os 1% mais ricos se apropriam de 10% da renda produzida. Em outras palavras, os mais pobres trabalham para os ricos.

De acordo com os dados da ONU, O Brasil tem a pontuação 59 (cinquenta e nove) para o coeficiente de Gini, que é um índice usado para calcular a desigualdade de renda, onde 0 (zero) corresponde à perfeita igualdade em termos de distribuição de renda, e 100 (cem) corresponde à perfeita desigualdade de renda. Entre os países nórdicos, a Dinamarca tem uma das melhores pontuações, 24,7,

enquanto os piores índices estão na África, onde a Namíbia tem a pontuação 74,3. (KLIKSBERG, 2003, p. 33-34).

Apesar de ser um aspecto contraditório – a desigualdade, na sociedade capitalista, é perfeitamente explicável. Enquanto o trabalho é realizado pela maioria, pelos proletários (numa linguagem marxiana), é indevidamente apropriada por uma minoria, pelos burgueses ou donos do capital.

No final do século XX e início do século XXI, a exploração do trabalho ganha outra conotação devido ao desemprego estrutural. Uma grande massa de trabalhadores que não são nem ao menos explorados, pois não têm nem mesmo um emprego - são considerados excluídos.

Nas suas pesquisas, Zione (2006) problematiza a noção de exclusão social da seguinte forma:

Os trabalhos dos sociólogos contemporâneos encontram grandes dificuldades para definir exclusão, dificuldade essa ligada ao enfraquecimento de análises globais sobre a coesão social. A ausência dessa definição conceitual implica no desconhecimento de paradigmas filosóficos e políticos imersos em diferentes concepções (republicano, social-democrata e liberal) assim como de diferentes significados que podem ser atribuídos à exclusão social. (...) Na produção brasileira também são registradas controvérsias em relação ao tema da exclusão social que, na maioria das vezes é remetido a uma base estrutural de desigualdade. Sobre o status científico do termo entende-se que pode ser classificada como uma noção de caráter metodológico, visto que agrega elementos de um processo de conhecimento usados como imagens para explicação do real e que muito contribuiu para a tematização da pobreza em espaços públicos que não os acadêmicos e de elaboração e implementação de políticas públicas.

A mesma autora conclui, em seu artigo, que o termo exclusão cabe mais bem a uma noção do que a um conceito ou categoria, pois um conceito baseia-se em conhecimentos definidos, e a categoria seria procedente de uma imaginação coletiva na qual a sociedade poderia se representar (ZIONE, 2006).

No que diz respeito à sua procedência, o termo exclusão ou excluídos originou-se na França, por volta da década de 1960, num contexto de pós-Segunda Guerra Mundial. A maioria dos autores acredita que, oficialmente, o termo tenha sido publicado pela primeira vez na obra de René Lenoir, intitulada “*Les exclus, un français sur dix*”, em 1974 (ZIONE, 2006). Em fins de 1992 e início de 1993, o termo

invadiu os discursos políticos, na França, e a exclusão tornou-se questão social por excelência (CASTEL et al, 2000).

Ainda o autor Castel et al (2000), sinaliza que o uso do termo deveria ser controlado, e apresenta, para tal argumento, algumas razões, entre elas, a “heterogeneidade de seus usos”, ou seja, não se pode sinalizar uma precisão teórica para seu uso, mas se podem designar várias situações, tendo em vista que “falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém” (idem, 2000, p. 21).

Outro motivo apontado pelo autor, “para se desconfiar desta noção”, reside no fato de não ser possível estabelecer um limite entre o que é e o que não é exclusão. A exclusão só terá sentido num processo, numa situação. O autor exemplifica os excluídos através da população atendida por uma Associação chamada de *ATD-Quart Monde*, que definia como excluídas:

Pessoas que sempre estiveram à margem da sociedade, nunca entraram nos circuitos habituais do trabalho e da sociabilidade ordinária, vivem entre si e se reproduzem de geração em geração, etc. Ainda que este quadro substancialista do ‘povo dos pobres’ seja exagerado, não abarca características mais específicas da ‘exclusão’ contemporânea, que remete ao que se passou a chamar, a partir de 1984, de ‘nova pobreza’ (CASTEL et al, 2000, p. 22)

Novos termos surgem com o objetivo de explicar novas realidades. O termo exclusão nasceu num contexto pós-guerra. Antes da guerra, já existia, na França, o déficit habitacional, que foi severamente agravado pela guerra. Em meados da década de 1950, foram constatadas 250 mil moradias insalubres, de acordo com um recenseamento realizado na época (ZIONE, 2006). Por sua vez, em 1955, foi constatada uma diminuição significativa do déficit habitacional. Mas ainda havia uma população “sobrante” ou aqueles denominados “inadaptados”, considerados um povo “marginal”, ou seja, que está à margem da sociedade – em suma, os excluídos (ZIONE, 2006).

Nesses termos, a exclusão ganha uma conotação de que os “incluídos” são aqueles que têm acesso aos bens dessa sociedade capitalista, são os que estão “dentro do sistema”, isto é, que podem adquirir e usufruir de tudo o que esse modelo de sociedade proporciona.

Mas refletindo sobre o tema, chega-se à conclusão de que todas as pessoas, em algum momento, estarão incluídas ou excluídas de alguma circunstância ou processo.

Citando especificamente a Política Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, observa-se o uso do termo num sentido estrito, sendo utilizado para designar a matrícula de alguma pessoa, em escolas de ensino regular ou em instituições especializadas. Nesse sentido, o incluído é a pessoa institucionalizada..

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), política brasileira que orienta a efetivação dos pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), traz a noção de exclusão como um termo que

Confunde-se, comumente, com desigualdade, miséria, indignância, pobreza (relativa ou absoluta), apartação social, dentre outras. Naturalmente existem diferenças e semelhanças entre alguns desses conceitos, embora não exista consenso entre os mais diversos autores que se dedicam ao tema. Entretanto, diferentemente de pobreza, miséria, desigualdade e indignância, que são situações, a exclusão social é um processo que pode levar ao acirramento da desigualdade e da pobreza e, enquanto tal, apresenta-se heterogênea no tempo e no espaço (BRASIL, 2004, p.36)

Até mesmo a dicotomia os que estão dentro e os de fora (os marginalizados) não é suficientemente capaz de explicar esse fenômeno social, caracterizado por uma população que foi chamada de “novos pobres”.

Então, “exclusão não é uma noção analítica. Ela não permite conduzir investigações precisas sobre os conteúdos que pretende abranger” (CASTEL et al, 2000, p.18-19). A noção de exclusão serve para designar um novo “movimento” e as contradições dessa sociedade capitalista, a crise do desemprego, o trabalho informal, a violência urbana, etc.

Porém, uma pessoa excluída do trabalho e da renda, de moradia, da alimentação digna, está vulnerável socialmente? Exclusão e vulnerabilidade designam a mesma situação? Verdadeiramente,

Hoje é impossível traçar fronteiras nítidas entre essas zonas. Sujeitos integrados tornam-se vulneráveis, particularmente em razão da precarização das relações de trabalho, e as vulnerabilidades oscilam cotidianamente para aquilo que chamamos de exclusão (CASTEL et al, 2000, p. 23)

Como se pode perceber é tênue a diferença entre a definição de exclusão, vulnerabilidade e risco. Exclusão representa uma situação já existente e, para tal, carece de uma intervenção, com vistas à coesão ou integração social, ao passo que vulnerabilidade e risco têm significados aproximados, remetem à prevenção, ou seja, a um poder vir a ser, algo que está sob perigo de acontecer. Explicando de outra forma,

Vulnerabilidade articula-se com a idéia de risco, sendo que na literatura esses termos freqüentemente são abordados de forma conjunta. No campo da proteção social, o foco orientado pela abordagem da vulnerabilidade e riscos está nas estratégias utilizadas pelas famílias que permitem escapar da pobreza e outras que a fazem perpetuar, o que remete à contribuição possível e necessária das políticas públicas no fortalecimento das capacidades de indivíduos, famílias e regiões para o enfrentamento e a superação da condição de vulnerabilidade (BRONZO, 2007, p. 1-2)⁹

A pobreza, a desigualdade e a exclusão, em geral, referem-se aos aspectos econômicos e sociais de um indivíduo, família, grupo ou nação, enquanto a noção de vulnerabilidade e risco não está associada diretamente à situação de pobreza, indigência, fome ou miséria. Apesar disso, observa-se seu uso, pela mídia, por revistas e jornais de grande circulação, fazendo referência a crianças pobres, moradores de favelas, desnutrição, abandono, etc.

A noção de vulnerabilidade é comumente associada à pobreza. A uma pobreza historicamente associada às classes perigosas e, portanto, corre-se o perigo da “retomada de velhas noções, como a da anomia social associada à vulnerabilidade” (ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p.157), e mais uma vez, o pobre é estigmatizado e culpabilizado.

Os autores citados no parágrafo anterior traduziram para a língua portuguesa um trecho do texto da CEPAL, que se refere à vulnerabilidade englobando

Grupos específicos da população que tem uma longa história de análise e políticas sociais. É usada, em primeiro lugar, para identificar

⁹ Em alguns trabalhos a autora assina como Carla Bronzo, e, em outros Carla Bronzo Ladeira Carneiro, porém, trata-se da mesma autora. Neste trabalho, aparecerá em alguns momentos BRONZO, em outros, CARNEIRO, pois se levará em consideração a assinatura da autora no texto.

grupos que estão em uma situação de risco social, por exemplo, grupos formados por indivíduos que, devido a fatores de seu ambiente doméstico ou comunitário, apresentam maior probabilidade de mostrar formas anômicas de conduta (agressividade, delinquência, dependência química), ou de sofrer formas diferentes de males pela ação ou omissão de outros (violência dentro da família, ataques na rua, desnutrição), ou de manifestar níveis inadequados de conduta em áreas chave para a inclusão social (tais como educação, relacionamentos no trabalho ou interpessoais (CEPAL, 2002 apud ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p. 8)

Em seus estudos, Carla Bronzo (2007) baseia-se na sistematização realizada pelo Banco Mundial, que define riscos em uma variedade de situações que abrangem: riscos naturais (enchentes, terremotos); riscos de saúde (endemias e epidemias); riscos ligados ao ciclo de vida (maternidade, velhice, morte); riscos sociais (violência); econômicos (crises); riscos ambientais (erosão do solo); riscos políticos (golpes de Estado).

Essa sistematização é apropriada para a elaboração das políticas públicas, no sentido de sua efetividade, atacando as causas. E também na noção de vulnerabilidade está imbricada a noção de risco, pois

Vulnerabilidade relaciona-se com a exposição ao risco, por um lado, e com a capacidade de resposta, material e simbólica, que indivíduos, famílias e comunidades conseguem fornecer para fazer frente ao risco ou ao choque (que significa materialização do risco). (BRONZO, 2007, p. 2).

Para a Política Pública de Assistência Social (PNAS), a constatação de situações de vulnerabilidade e de riscos sociais deve ser feita através de uma maior aproximação do cotidiano das pessoas, “pois é nele que riscos, vulnerabilidade se constituem” (BRASIL, 2004, p.15). Dessa forma, a Política de Assistência Social assumiu a centralidade sócio-familiar (BRASIL, 2004, p.16).

Então, as políticas sociais acabam atuando na superação dos riscos quando efetivam “iniciativas desenhadas para aliviar os efeitos dos riscos, uma vez que estes tenham ocorrido” (BRONZO, 2007, p. 2), e raramente na sua prevenção, porque “na prevenção, tem-se a finalidade de reduzir a probabilidade de produção de riscos adversos, e que ocorram, portanto, antes que se produzam os riscos”. (idem) Ou no sentido de sua mitigação, tendo em conta que

Na mitigação, as intervenções voltam-se para a redução dos efeitos de riscos futuros e, portanto, tais estratégias situam-se antes da produção dos riscos, na medida em que buscam reduzir a repercussão ou os efeitos dos eventos dos riscos, caso ocorram (BRONZO, 2007, p. 2)

O risco, a vulnerabilidade, a exclusão, a desigualdade e a pobreza apresentam, nas famílias, características que vão além das privações, da alimentação pobre em nutrientes, da moradia precária, etc. O que se pretende afirmar é que

Freqüentemente as famílias nessas condições de intensa e extensa vulnerabilidade e pobreza desenvolvem atitudes e comportamentos de apatia, resignação, baixa auto-estima, baixo protagonismo e autonomia, desesperança, subordinação e dependência, que acabam por “aprisionar” as famílias e indivíduos nas armadilhas da pobreza. Essas dimensões relacionais, consideradas como aspectos menos tangíveis da pobreza, remetem a questões de natureza psico-social, envolvem o tema das relações sociais e do empoderamento (BRONZO, 2007, p. 3).

Considera-se também interessante a definição de BRONZO, (2007) de empoderamento, pois a autora enfatiza o aspecto relacional do empoderamento, não como algo procedente do interior da pessoa, mas derivado de um conjunto de aspectos. Para a autora, empoderamento “é algo que se processa no meio da relação entre usuários e agentes públicos, como produto emergente das relações que se estabelecem entre as famílias, os agentes, as redes de políticas e redes sociais” (BRONZO, 2007, p. 4).

Finalmente, Armatya Sen, economista indiano, prêmio Nobel de Economia, em 1998, vê a privação de liberdade como o principal aspecto da pobreza, em contraposição à noção majoritariamente veiculada, que é a noção restrita às privações econômicas. Para este estudioso, “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 1998, apud BRONZO, 2007)

Nesse sentido, torna-se urgente a necessidade de novos desenhos políticos e institucionais que contemplem, sobretudo, a participação, a autonomia, o empoderamento, a liberdade, em detrimento do paternalismo, do clientelismo, da vigilância, das práticas repressivas e tuteladoras.

Com certeza, diversas políticas públicas atuam no sentido de enfrentamento da pobreza, da desigualdade, da exclusão, da vulnerabilidade e do risco, e apresentam limites e possibilidades para seu enfrentamento. Genericamente, as políticas públicas não se detêm na precisão teórica destes termos, o que origina dois questionamentos: a falta de precisão na conceituação dos termos poderia acarretar dificuldade na efetivação das políticas públicas? Ou, por apresentar variadas definições para explicá-los, poderia abrir novas possibilidades de intervenção?

E pergunta-se ainda: nesse universo de limites e possibilidades, o que cabe ao Serviço Social? Nesse mundo de palavras escritas e ditas, observa-se que a teoria e a prática andam juntas, muito mais do que se imagina.

Por isso, nesse momento, julga-se necessário verificar como esses termos aparecem e o que significam para o Serviço Social, no sentido da produção de conhecimento e de sua importância para a prática profissional.

4 INCIDÊNCIA E SIGNIFICADO DOS TERMOS NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

Pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco são termos atuais e comumente encontrados na literatura do Serviço Social. Os livros, revistas e artigos se constituem em um importante instrumento para o conhecimento que subsidia a prática dos Assistentes Sociais. O material é referência aos estudantes de Serviço Social e aos profissionais, que segundo os pressupostos do Código de Ética Profissional, precisam de “constante aprimoramento intelectual”¹⁰.

Este capítulo traz uma análise que objetiva identificar a incidência dos termos (pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco) em 22 (vinte e dois) textos, dentre eles: 21 (vinte e um) artigos e 01 (uma) comunicação de pesquisa, selecionados da revista Serviço Social e Sociedade, bem como realizar breves aproximações às concepções que fundamentam os textos, ressaltando a importância da apreensão teórica para os Assistentes Sociais.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O interesse pelo tema deste trabalho, primeiramente, ocorreu devido a uma curiosidade pessoal pelo tema da pobreza e da desigualdade, e também por um motivo de ordem profissional, ou seja, pela relevância de se conhecer a atual etapa de produção sobre o mesmo - saindo dos muros “do social”, para o debate que demonstra que a pobreza e a desigualdade, relacionam-se com outras áreas do conhecimento, como a economia, a saúde, a educação, a segurança pública, a política, as questões ambientais, o urbanismo, dentre outras. Como mencionado,

¹⁰ Princípios fundamentais. **Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais** Brasília: CFESS, 1993

decidiu-se, então, levantar a incidência desses termos no conteúdo dos textos da revista Serviço Social e Sociedade.

Igualmente pretendeu-se levantar “o como”, ou seja, de que forma e quais apreensões foram realizadas pelos profissionais. Durante este levantamento, notou-se a pertinência de outros termos, como exclusão, vulnerabilidade e risco, termos que, para o atual debate sobre a pobreza, não poderiam ser ignorados ou dissociados deste último.

Tendo-se abordado, aqui, os principais aspectos que motivaram a presente pesquisa, prossegue-se, apresentando os procedimentos metodológicos que permitiram desenvolver esta análise e chegar a determinadas conclusões.

Assim sendo, o presente trabalho insere-se no campo teórico-metodológico do Serviço Social, entendendo-se que a

Perspectiva teórico-metodológica supõe enfrentar o desafio de, a partir das grandes leis e tendências da sociedade burguesa, decifrar as particularidades históricas do movimento atual. Sem isso, não há como entender e conduzir criticamente a ação profissional (IAMAMOTO, 1992, p. 179)

Este trabalho possibilita um olhar atento para a produção teórica do Serviço Social, e, para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e exploratória, utilizando, para tal finalidade, textos publicados no presente século.

Entende-se que a pesquisa exploratória é aquela que é efetuada porque “não se tem informação sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno” (RICHARDSON, 2007, p. 66). E ela é qualitativa, uma vez que representa

Uma oportunidade única de ir além das aparências superficiais do dia-a-dia. Também, permite fazer uma análise teórica dos fenômenos sociais baseada no cotidiano das pessoas e em uma aproximação crítica das categorias e formas como se configura essa experiência diária (RICHARDSON, 2007, p.103)

Para a pesquisa bibliográfica, como já mencionada, utilizaram-se, como referencial teórico, textos da revista Serviço Social e Sociedade, publicação

trimestral, ininterrupta desde 1979, da Cortez Editora. Excepcionalmente, são publicadas edições especiais da revista.

A estrutura da revista é aberta a todos (Assistentes Sociais e outras categorias profissionais) que desejarem enviar artigos, relatos de experiência profissional, trabalhos de conclusão de curso e outros, redigidos na língua portuguesa ou espanhola, ao Conselho Editorial que avaliará a possibilidade de sua publicação.

A revista é considerada uma das maiores publicações brasileiras concernente à profissão e, de certa forma, influencia o pensamento da categoria profissional, apesar de não haver homogeneidade teórica no interior da profissão.

Pode-se afirmar, inclusive, que a revista Serviço Social e Sociedade faz parte da história do Serviço Social brasileiro, tendo em vista que ela acompanhou o “Movimento de Reconceituação” da profissão e, quiçá, contribuiu para a sua transformação e protagonismo na sociedade brasileira.

Julga-se adequado apresentar, neste ponto do trabalho, um trecho do Editorial da revista, datado de 1980, que assim se refere ao Serviço Social:

O Serviço Social vive hoje um momento muito fértil que para alguns se configura como um momento de “crise”, mas que a nosso ver reflete o questionamento radical de suas formas de inserção na sociedade e a busca de alternativas de ação que, para se traduzir em práticas transformadoras, supõe o acompanhamento de uma base necessária ao exercício constante da crítica e da construção teórica (Editorial revista Serviço Social e Sociedade n. 2, p. 3, Março de 1980)

Vinte e nove anos se passaram desde que este parágrafo foi escrito. Durante esse tempo, o Serviço Social ganhou novos espaços como profissão e ampliou seu arcabouço teórico.

Foram pesquisadas as revistas de número 62 (sessenta e dois) até a de número 97 (noventa e sete), ou seja, que compreendem desde a primeira edição do ano 2000 (dois mil) até a primeira edição de 2009 (dois mil e nove), perfazendo o total de 35 (trinta e cinco) revistas.

No período pesquisado, 02 (duas) das revistas eram provenientes de edições especiais, e 33 (trinta e três) eram edições regulares. Dessas revistas, foram selecionados 21 (vinte e um) artigos e 01 (uma) comunicação de pesquisa, perfazendo um total de 22 (vinte e dois) textos que continham, no título, os termos: pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco.

Constatou-se a presença de 13 (treze) textos em que o título continha o termo pobreza, destacando-se que são 12 (doze) artigos e 01 (uma) comunicação de pesquisa - segundo a classificação da revista; 06 (seis) artigos com o termo exclusão; 02 (dois) artigos com o termo vulnerabilidade; e 01 (um) artigo com o termo risco no título. Foi uma surpresa o fato de não se encontrar o termo desigualdade em nenhum título, apesar de seu antônimo – igualdade - ter sido encontrado.

No que se refere à origem institucional dos autores (as) dos textos, foram identificados 17 (dezesete) textos provenientes do Brasil, dentre eles, 11 (onze) com o termo pobreza, sendo 10 (dez) artigos e 01 (uma) comunicação de pesquisa; 04 (quatro) com o termo exclusão; 02 (dois) com o termo vulnerabilidade e nenhum texto com o termo risco. Os demais textos eram redigidos em língua espanhola e seus autores eram de origem argentina e uruguaia, perfazendo o total de 05 (cinco) artigos, sendo que 02 (dois) continham o termo pobreza no título; 02 (dois) artigos mencionavam o termo exclusão no título; e 01 (um) artigo apresentava o termo risco.

A análise dos artigos se orientou no sentido de “captar significados; e; preparar o material para se exercer o ato mais importante da leitura-estudo: a crítica” (SALOMON, 1994, p. 55)

Cabe ressaltar que as escolhas de determinados temas demonstram interesses prévios dos autores (as) em escrever sobre determinados assuntos em detrimento de outros que refletem significados históricos, sociais e político-ideológicos.

Com relação ainda aos textos analisados e mencionando Azevedo (2004), é possível dizer que

Os textos (...), tem, então, vida própria, por assim dizer, ultrapassando as pretensões e desígnios de seus autores originais. Os textos, os discursos e as informações de modo geral, produzem-se e inserem-se

num contexto sócio-histórico e adquirem ressonância cultural, significados e sentidos, que escapam ao controle de quem os produziu. Têm, portanto, existência própria e são, em si mesmos, um fenômeno sócio-político que adquire relevância no curso da história.

Dessa forma, a presença ou ausência de determinados temas na revista *Serviço Social e Sociedade* não são resultado somente do interesse individual dos autores (as), mas decorrem, numa última estância, da avaliação do Conselho Científico desta revista. Os autores (as), por sua vez, expressam as influências recebidas através de estudos, pesquisas, etc., de outras áreas de conhecimento e de ciências que contribuem com seu aporte científico. Nesse sentido, entendendo ciência como um processo cumulativo.

Quanto à origem institucional dos autores dos textos, identificaram-se 19 (dezenove) textos em que os (as) autores (as) eram professores (as) universitários (as), segundo nota de rodapé que consta na primeira página do próprio texto. Esta classificação levou em consideração o primeiro autor (a) que consta no texto, no caso de apresentar co-autoria. Cita-se, em ordem alfabética: Alayón (2004); Bronzo e Veiga (2008); Carneiro (2005); Costa (2001); Costa(2008); Freitas (2008); Grassi (2002); Lopes (2002); Paiva, Oliveira e Gomes (2000); Ribero (2001); Rodrigues e Lima (2007); Rolnik (2002); Simionatto e Nogueira (2001); Soto (2003); Sposati (2000); Vencinday (2005); Vieira (2007). Salienta-se que esta informação e quaisquer outras, neste trabalho, referem-se ao tempo em que os referidos textos foram publicados.

Nestes 22 (vinte e dois) textos, identificou-se o grau de formação dos (as) autores (as), classificados em ordem alfabética. Assim, foram identificados como Pós-doutores (as): Ammann (2003); e Rolnik (2002); Doutores (as): Arregui; Wanderley (2009); Bronzo e Veiga (2008); Costa (2001); Freitas (2008), Grassi (2002); Lopes (2002); Rosa e Costa (2007); Simionatto e Nogueira (2001); e Vieira (2007); Doutorandos (as): Carneiro (2005); Costa (2008); Marques e Mendes (2008); Paiva, Oliveira e Gomes (2000); Soto (2003); e, Vencinday (2005); Mestres: Ribero (2001); Rodrigues e Lima (2007); e Santos (2006). Em 02 (dois) textos não consta o grau de formação dos autores (as): Sposati (2000); e Alayón (2004).

Pelo grau de formação acadêmica dos autores (as), pode-se aferir um alto nível teórico e acadêmico aos textos. Como já referido no parágrafo anterior, as informações aqui coletadas dizem respeito ao tempo em que o texto foi publicado.

No tópico a seguir, analisar-se-á a incidência e o significado dos termos escolhidos para pesquisa, nesses textos.

4.2 POBREZA

Foram selecionados 13 (treze) textos, sendo 12 (doze) artigos e 01 (uma) comunicação de pesquisa, (conforme Anexo A) que continham o termo pobreza no título. Nas 35 (trinta e cinco) revistas pesquisadas, este foi o termo que mais apareceu, sendo o mais antigo historicamente, e aquele que apresenta uma gama maior de pesquisas e estudos em nível nacional e internacional.

A maior precisão metodológica para a conceituação da pobreza na literatura de Serviço Social traria uma maior cientificidade à discussão no interior da própria profissão. Assim,

Términos como “pobres” y “pobreza” son empleados frecuentemente en el campo de las ciencias sociales y específicamente en el campo del Trabajo Social, aunque no siempre con mayor precisión que la que tiene en el lenguaje científico. Al mismo tiempo su utilización puede realizarse desde diferentes matrices teóricas que privilegian diversos aspectos del fenómeno a que hace referencia al concepto utilizado o priorizan distintas dimensiones en el análisis de la realidad de la que forma parte. Es por eso que resulta necesario el conocimiento preciso de estos conceptos (SOTO, 2003, p. 6)

Para Carneiro (2005), a produção científica sobre o tema da pobreza caminha em duas direções: na escolha de metodologias de mensuração da pobreza e no desenho de modelos e propostas de intervenção.

Ainda em Carneiro (2005), é demonstrado que a imprecisão no conceito é um entrave ao seu enfrentamento, pois

não se dispõe de um conhecimento adequado do problema, o que impossibilita a formulação segura de alternativas para seu enfrentamento. O que é pobreza? O que a caracteriza? Quais seus determinantes? Que fatores intervêm para sua reprodução, com qual peso e prioridade? Quais as interações entre os diversos elementos e vetores de destituição?

Portanto, torna-se relevante considerar a imprecisão conceitual do termo pobreza, e o que se observa, a partir desses textos, são explicações, noções e apreensões de determinadas realidades específicas, porém, não caracterizando uma conceituação do fenômeno, e sim, considerando a totalidade e a abrangência que o conceito precisaria envolver.

No artigo de Soto (2003, p. 7), intitulado “El concepto de pobreza en la teoría marxista”, conceitua-se a pobreza através da ótica marxiana e apresenta-se a problemática

En relación a la aprehensión de este proceso de construcción del concepto, se precisarán algunos ejes metodológicos centrales para el análisis de los hechos sociales, en este caso para la conceptualización de la pobreza.

A autora busca, na teoria social de Marx, o aporte teórico para conceituá-la, no sentido de contrapor-se às concepções capitalistas dominantes.

O discurso redundante da pobreza recai na falta de renda e na sua mensuração, o que é insuficiente para explicar todas as faces do fenômeno. Dito de outra forma,

O enfoque dominante na produção científica sobre pobreza e o que orienta, de forma quase absoluta, o campo de estratégias para a sua superação, a considera a partir de uma perspectiva monetária, focalizando a renda e o consumo de indivíduos e domicílios como informação básica tanto para a concepção quanto para a mensuração da pobreza (CARNEIRO, 2005, p. 68)

Por sua vez, Carneiro (2005), classifica a pobreza nas suas situações e dimensões. As situações ou aspectos tangíveis são: a baixa renda; a precariedade

na saúde; a nutrição e a escolarização; as moradias insalubres, precárias e ilegais. As dimensões estão veiculadas à vulnerabilidade familiar, ao trabalho infantil, ao abuso sexual, à violência doméstica, etc. A partir desses enfoques, a autora, apresenta as diferentes concepções de pobreza.

O enfoque de análise mais usual, a falta ou carência de renda diz que

são pobres aqueles que não alcançam um nível de renda suficiente capaz de satisfazer as necessidades de sobrevivência, mínimas ou não. A suposição básica é que é possível, com as ferramentas apropriadas, estabelecer métricas monetárias uniformes que, independente da heterogeneidade entre indivíduos e situações, possam capturar níveis de bem-estar por intermédio da renda, entendida como *proxy* do estado de privação individual (LADERCHI, SAITH, STEWART, 2003 apud CARNEIRO, 2005, p. 68)

Entretanto, medir a pobreza somente através da falta de renda não dá conta de sua abrangência, visto que, ao pesquisar grupos de pessoas ou famílias com a mesma renda, estes podem apresentar realidades totalmente opostas. É preciso levar em conta a rede familiar, os relacionamentos, outras fontes de renda, ou seja, não há como medir apenas a renda formal familiar, e ainda, não há apenas um fator que define ou delimita a pobreza, pois ela é resultado de um conjunto de desdobramentos que, além disso, são instáveis.

Nesse sentido,

a variedade de manifestações da pobreza, percebidas como formas diversas de expressão da precariedade contrapõem-se à definição que, por homogeneizar equivocadamente o que é de fato heterogêneo, terminam por ser reducionistas e esconder a verdadeira natureza de um fenômeno muito complexo (LESSA, et al., 1997, p. 63 apud LOPES, 2002, p. 166)

Nas suas pesquisas, Soto (2003) aborda a pobreza através da teoria marxista, numa perspectiva de totalidade histórica. A autoria diz que explicar a pobreza como falta ou carência é uma forma burguesa de explicá-la, e encobre a pobreza como resultado de um movimento societário e, portanto, transitório e mutável.

A pobreza é um fenômeno procedente de várias causas, e pode-se considerá-la como resultante de um conjunto de fatores, dentre eles, alguns, decorrentes de aspectos macro-estruturais: o crescimento do desemprego - “o crescimento do desemprego, sobretudo a partir de 1997 em nosso país, explica parte da problemática do aprofundamento da pobreza” (PAIVA, OLIVEIRA; GOMES, 2000); a globalização - “um dos resultados mais destacados da chamada globalização é o crescente agravamento da pobreza, sobretudo nos países periféricos cujas elites curvam-se ao centro” (COSTA, 2001, p.166); a sociedade capitalista – “la miséria es condición de existência de la sociedad capitalista, ésta sólo existe porque ciemienta en la miséria”. (SOTO, 2003, p. 12)

O enfoque político de intervenção das políticas públicas de combate à pobreza será decisivo no que tange à possibilidade de efetividade de tais propostas. Para o FMI, pretende-se “a erradicação da pobreza, no sentido de se humanizar a globalização”. (PAIVA; OLIVEIRA; GOMES, 2000, p.28) A preocupação do FMI com a pobreza crônica é proveniente do que demonstram as estatísticas sobre o fracasso das medidas recomendadas pelo Fundo que, após terem sido adotadas, aumentaram ainda mais a miséria na América Latina.

Essas medidas regulatórias reduzem o debate da pobreza aos seus aspectos estritamente monetários, o que despolitiza e enfraquece o debate, terminando por impossibilitar verdadeiramente o seu combate.

Fica latente a forma impositiva com que as agências multilaterais apresentam as medidas de combate. O Brasil recebe investimentos das agências multilaterais – BM, BIRD e BID, para o financiamento de programas e projetos, que não são gratuitos, exigindo uma lista de condicionalidades.

Ainda com relação aos investimentos para estes programas e projetos, acredita-se que,

guardadas certas diferenças, os objetivos da reestruturação econômica das agências internacionais para a retomada do crescimento econômico e combate à pobreza materializa-se em programas de estabilização monetária, de ajuste estrutural, de reformulação do papel do Estado e de alteração do desenho das políticas sociais, especialmente nos chamados sistemas de proteção social. A clara subordinação da política social à política econômica, longe de indicar caminhos para a superação da pobreza, ‘consolida

novas formas de exclusão social' comprometendo 'os mecanismos de proteção social' voltados para o seu enfrentamento (SIMIONATTO & NOGUEIRA, 2001, p. 150).

Conforme Paiva, Oliveira e Gomes (2000), a pobreza tem aumentado significativamente no Brasil e, inclusive, "muitos estudos vêm demonstrando que o crescimento da pobreza no país assume proporções desmesuradas". Como já foi mencionado neste trabalho, o crescimento da pobreza na América Latina é conseqüência de escolhas políticas que tiveram seu marco na adesão ao Consenso de Washington, em 1989. Resumindo, é possível dizer que

as três últimas décadas do século XX são, portanto, marcadas pela articulação intrínseca entre as estratégias de acumulação capitalista e a expansão da pobreza e da exclusão social (SIMIONATO & NOGUEIRA, 2001, p. 146).

Em relação às políticas públicas brasileiras, os textos apresentam as medidas de combate da pobreza advindas de um corpo técnico, tais como: "Medidas de Combate à pobreza: a propósito das iniciativas legislativas do senador Antonio Carlos Magalhães" (PAIVA; OLIVEIRA; GOMES, 2000); "Pobreza e cidadania no Brasil contemporâneo. Um comentário do relatório da Comissão Mista Especial da Câmara e do Senado" (SPOSATI, 2000). No caso específico desses dois textos, que tratam da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 0067/99 – "Fundo de Combate e de Erradicação da Pobreza", observam-se as políticas sociais brasileiras "vindo de cima para baixo", através da democracia participativa, aqui não desconsiderando sua importância, e sim o fato de que não houve qualquer consulta ou envolvimento da população afetada por tal proposta política.

A pobreza pode ser entendida, então, como originária de vários fatores, por exemplo, da falta de renda, como aspecto tangível, objetivo, além de outros aspectos, menos tangíveis, tais como: "a ausência de um projeto social ou uma pauta de reivindicações coletivas" e "a quebra de vínculos regulares com outros segmentos sociais" (LOPES, 2002, p. 167).

Com suas pesquisas, Amartya Sen amplia a noção de pobreza para além do aspecto de renda, quando coloca a pobreza sob o foco de capacidades,

relacionando-a diretamente à concepção de liberdade. Sendo assim, os estudos de Sen permitiram uma nova visão acerca do desenvolvimento social. Carneiro (2005), explica melhor esta nova visão:

A pobreza é definida como privação de capacidades, sendo pobres aqueles que carecem de capacidades básicas para operarem no meio social, que carecem de oportunidades para alcançar níveis minimamente aceitáveis de realizações, o que pode independe da renda que os indivíduos detêm. (...) Os objetivos de uma boa vida incluem viver uma vida longa, saudável e criativa, desfrutar de um nível decente de vida, com liberdade, dignidade, auto-estima e respeito (MIDEPLAN, 2002, apud CARNEIRO, 2005, p. 71).

Não se pode deixar de ressaltar também a cidadania e a autonomia como valores extremamente importantes para a superação da pobreza. No Brasil, as políticas de combate à pobreza ainda estão atreladas ao assistencialismo, ao clientelismo, o que enfatiza os usuários dos serviços sociais como recebedores de favores (MARQUES e MAIA, 2008, p. 59), distanciando cada vez mais do exercício da efetiva participação, o que os torna pessoas passivas quanto aos seus direitos e não autores (as) da própria história. Então, é necessário que as pessoas exerçam sua cidadania, já que,

para evitar essa associação entre direitos e dádiva, é crucial que os destinatários das políticas sociais sejam capazes de elaborar publicamente suas demandas e tecer argumentos igualmente públicos, de modo a explicar quais medidas se adequam melhor às suas necessidades. É a partir desta constatação que se desenha um paradoxo diante daqueles que se encontram em uma situação de carência material e política (MARQUES; MAIA, 2008, p. 60)

Por sua vez, a concepção de autonomia, abarca em si, duas perspectivas: a autonomia individual e a autonomia política (WARREN, 2001 apud MARQUES; MAIA, 2008). A autonomia individual vem a ser

a capacidade de identificar-se como indivíduo, localizando-se em termos de projeção biográfica, interpretando, transformando, censurando, proporcionando denominações para necessidades, impulsos, e desejos, bem como expressando-os aos outros como

interesses e compromissos (WARREN, 2001 apud MARQUES; MAIA, 2008, p. 63)

Já a autonomia política “[...] reflete a valorização da troca pública de argumentos entre indivíduos moralmente capazes de formular e defender os próprios pontos de vista e de alterá-los caso desafiados” (MARQUES; MAIA, 2008, p. 63).

Sintetizando, a autonomia reflete o conjunto da sociedade, o que implica na democracia, na cidadania, na luta por direitos, na liberdade, na responsabilidade, na ética, idéias que não podem estar dissociadas nem diretamente dependentes do modelo político proposto.

Por isso, para obter liberdade, autonomia, todo cidadão precisa se situar num regime político que lhe dê espaço para o seu exercício. A necessidade do aprofundamento da democracia, no sentido de contrapor-se ao capitalismo vigente e, desse modo, proporcionar o surgimento de instituições verdadeiramente democráticas, fica evidente no texto que segue:

Podemos reconocer, entonces, al capitalismo como un sistema básicamente contradictorio con la vigencia de la democracia y con aquellas instituciones que limitan su propio poder. En ese sentido, la revalorización y profundización del sistema democrático, en las sociedades capitalistas, constituye en eje estratégico de lucha para la construcción de sociedades más humanas (ALAYÓN, 2004, p. 109).

Percebem-se opiniões diferentes em dois artigos que tratam sobre o PBF, considerado, pelo atual governo, o maior Programa de Transferência de Renda da história do Brasil e implantado em 2003, pelo governo Lula, no que se refere à participação e autonomia das beneficiárias do Programa. As autoras Marques e Maia (2008, p. 58) apresentam o Programa e ressaltam

a relação das beneficiárias com o programa, o valor conferido ao trabalho como principal forma de escapar da pobreza e a busca por reconhecimento, direitos e cidadania. Argumenta-se que a exclusão política e a falta de autonomia política das beneficiárias não impedem que, por meio de suas conversações e práticas cotidianas, elas

ofereçam importantes contribuições ao amplo debate público sobre as políticas sociais desenvolvidas no contexto brasileiro.

No artigo de Freitas (2008), a autora, além de descrever os Programas Bolsa Família (Brasil) e Oportunidades (México), destaca que, segundo a avaliação realizada no México, pelo Coordenador do Programa Oportunidades, no processo de implementação eles “priorizam o fortalecimento da posição das mulheres na família e na ‘comunidade’ (BATE, 2004 apud FREITAS, 2008, p. 59). A autora questiona neste artigo a posição de Bate (2004), para quem o Programa Oportunidades “dá poder às mulheres”. Para Freitas (2008, p.59), “o que se questiona é o poder na sua relação com as mulheres titulares dos programas e suas relações com este e seu aparato institucional, ou seja, como ocorre esta relação, quais os seus componentes e funções”.

Continuando a se referir ao poder dado às mulheres, a mencionada autora assim se expressa:

À medida que as famílias são inseridas no programa e, majoritariamente, as mulheres ficam responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades, tendo em vista o recebimento da transferência monetária, subentende-se que somente o foram porque alguém assim o permitiu e que, por necessidade, aceitaram se inserir. Identifica-se aí uma relação de poder, pois não há poder se não existe, ao lado de quem induz, a quem induzir (daí esse caráter relacional inerente ao poder), ressaltando-se ainda o fato de que, em toda a relação, há um propósito que une os integrantes dela, daí se considerar esta uma relação triádica e que como tal deve ser analisada (FREITAS, 2008, p. 59-60)

Nesses termos, as formas como são estabelecidas as relações de poder, no desenho das políticas assistenciais, tornam-se cruciais, ou não, para o combate à pobreza. As políticas “vem de cima pra baixo”, caracterizam políticas impositivas, o que não gera mudanças significativas nos agentes fomentadores da pobreza.

Ao ler o artigo de Marques e Maia (2008), percebe-se a valorização dos aspectos de participação da população usuária na execução do PBF, quando essas autoras mencionam os grupos de discussão em duas cidades da região sudeste: Belo Horizonte (MG) e Campinas (SP). Os grupos são espaços autônomos de discussão, ou seja, o espaço de ouvir e falar. O texto fala da importância do “sair de

casa”, saindo da visão apenas do ambiente doméstico. As autoras referenciam o modelo democrático proposto por Habermas e descrito por Olson da seguinte forma:

O modelo habermasiano, além de diminuir o papel paternalista e assistencialista do Estado – uma vez que este seria encarregado, principalmente, de garantir oportunidades e capacidades de participação política aos cidadãos, e não de centrar sua atuação em políticas redistributivas -, proporcionaria aos cidadãos a oportunidade de elaborar publicamente seus anseios e necessidades na esfera pública de modo a influenciar na configuração das políticas mais adequadas às suas demandas. Contudo, um grande dilema pode ser identificado nesse modelo: se as decisões são tomadas após um debate racional entre “todos” os cidadãos que a eles se submeterão, como fazer com que todos os cidadãos, inclusive os afetados por desigualdade materiais, possam alcançar o espaço público de exposição e negociação de suas necessidades?

Ressalta-se, aqui, a importância do fato das políticas assistenciais irem além do “conceder o benefício” e serem capazes de alterar as relações de poder e protagonismo da população usuária, entendendo a pobreza como resposta da política estrutural, portanto, coletiva. Com efeito,

ao remeter a um problema coletivo, que diz respeito a toda a sociedade e, principalmente, à forma como a sociedade está estruturada, uma visão estratégica de superação da pobreza não a considera como paisagem, como algo externo a um mundo propriamente social; mas ultrapassa a idéia de mínimos de sobrevivência, que remete a um estado regido unicamente pelas leis da vida e da morte e insere a discussão sobre pobreza na discussão dos direitos, que remete fundamentalmente aos princípios de igualdade social, e que interpela para responsabilidades coletivas para sua superação (CARNEIRO, 2005)

Quando se procedeu à leitura dos 13 (treze) textos que contêm o termo pobreza no título, percebeu-se que os demais termos - desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco também eram mencionados. Efetivamente, os textos foram selecionados, levando em consideração a presença desses termos no título, sendo uma forma didática de expressá-los.

Assim, afere-se que a atual discussão da pobreza está diretamente associada aos termos desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco, não sendo

possível dissociá-los. Isso explica a freqüência com que tais termos aparecem na produção teórica do Serviço Social. A título de exemplo, o texto: “Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social”, de Carneiro (2005), apresenta, na primeira página, 7 (sete) vezes o termo vulnerabilidade; 5 (cinco) vezes o termo pobreza; 01 (uma) vez o termo exclusão; e 01 (uma) vez o termo risco, sendo que termo desigualdade não é excluído do artigo, pois aparece na página 73 (setenta e três), o que demonstra o quanto esses temas estão associados.

E apesar de os termos (pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco) aparecerem com uma significação aproximada, nos diversos textos, consegue-se perceber a linha tênue que os diferencia.

Carneiro (2005), em seu texto, deixa explícita essa idéia, quando fala de pobreza, menciona os aspectos tangíveis - baixa renda, mensuração da pobreza, e os menos tangíveis – privação de capacidades, liberdade. Quando fala em vulnerabilidade e risco, foca a família nestas situações. Sobre exclusão, diz que a concepção

passa a relacionar-se aos processos de instabilidade dos vínculos entre indivíduos e sociedade e têm como referência central a dimensão do trabalho, chamando a atenção para as conseqüências daí advindas, inclusive as sociais (CARNEIRO, 2005, p. 74).

Neste mesmo artigo, a referida autora consegue abarcar temas abrangentes, como os que são apresentados nas “palavras-chave” do artigo: “pobreza; capacidades; exclusão social; vulnerabilidade; políticas de proteção social” (idem, p. 66).

Considera-se importante ressaltar que a pobreza, como um fenômeno social que afeta a vida das pessoas, relaciona-se a milhões de pessoas. Mas como denominar estas pessoas? Nota-se, no artigo intitulado “Infância, pobreza e trabalho infantil”, de Rodrigues e Lima (2007, p. 59-71), que o autor faz referência às “crianças pobres”, e ainda fala na “infância para as crianças pobres” (idem, p.72). Ao invés disso, se poderia denominá-las como pessoas em “situação de pobreza” (FREITAS, 2008), diferentemente de usar os termos: “pobre” ou “pobres” para designar uma pessoa ou grupos que vivem em determinadas condições.

Levando em conta tudo o que foi exposto até este momento, conclui-se que as explicações e noções de pobreza rebatem diretamente no desenho das políticas públicas e nos formatos jurídico-institucionais. Considera-se ainda que,

ao estabelecer conceitos que vão pautar a construção de indicadores para mensurar o problema e focalizar os grupos de pobres e alvos das políticas, o conhecimento que se produz alimenta e constrói a própria realidade da pobreza (CARNEIRO, 2005, p. 86)

Entender a pobreza como simplesmente falta ou carência é, no mínimo, uma forma pobre de concebê-la. Abranger a noção torna-se um posicionamento político, o que contribui para a alteração do atual quadro social que, definitivamente, não pode ser mais naturalizado, nem mesmo diante da existência de milhares de pobres encarados como necessários para a manutenção do sistema capitalista.

Assim, se faz necessário valorizar o “campo das subjetividades individuais e coletivas, para que a pobreza e a desigualdade não sejam toleradas como paisagem” (TELLES, 1999, apud CARNEIRO, 2005, p. 87).

4.3 EXCLUSÃO

A exclusão foi o segundo termo mais encontrado no título dos textos pesquisados, perfazendo o total de 06 (seis) artigos. Nascido na França, o termo já está incorporado ao vocabulário latino-americano.

Verificou-se, em dois (02) textos, que o termo exclusão era apresentado de maneira pontual ou como um “tipo” de exclusão. Assim ocorreu em Rolnik, (2002) – a exclusão urbana, se referindo à exclusão territorial; e em Santos (2006) – a exclusão dos portadores de HIV/aids.

Nos demais textos, quatro (04) artigos, redigidos pelos autores: Ammann (2003); Costa (2008); Grassi (2002); e Ribero (2001), observa-se a tentativa de descrever noções ou fazer aproximações ao termo, que é apresentado num caráter

“genérico”, ou seja, podendo-se aferir que existam variados “tipos de exclusão”. Esses artigos referem-se à crise do trabalho e, especialmente, às mudanças advindas da reestruturação capitalista da década de 1970 como fator desencadeador da origem do termo e do aumento da exclusão social em âmbito mundial.

Em seu artigo, Ribero (2001, p.173-174) cita a exclusão proveniente de mudanças no mundo do trabalho, esclarecendo que

(...) hasta 1973, ubica la época de oro. Finalmente, el derrumbamiento, constituido por los decenios que siguieron a la edad de oro, constituye una nueva era de descomposición social, incertidumbre y crisis. De esto se desprende el concepto de exclusión social, surge cuando entra en crisis la sociedad estructurada durante la época de oro y se desarrolla durante el derrumbamiento. Durante la edad oro tienen lugar distintos acontecimientos relevantes que explican los procesos de exclusión social: la consolidación de la condición salarial y los Estados de Bienestar; revolución tecnológica y globalización; y revolución cultural.

Já Ammann (2003, p.125) ressalta as condições do processo de trabalho como aspecto desencadeador da exclusão social, nesses termos:

(...) fica assentado o papel fundante do trabalho na afirmação do ser social e sua determinação nos processos históricos que geram (ou não) a exclusão social. (...) Desempregado, o trabalhador não engrossa mais um exército que permanece provisoriamente na reserva, porém agrega-se à massa de indivíduos desnecessários ao processo produtivo, sem perspectivas claras de reinserção no mundo do trabalho formal.

Em, Grassi (2002, p.140) a exclusão associa-se ao desemprego estrutural, num contexto político de neoliberalismo, e

el problema de la exclusión social se discute asociado al desempleo en el supuesto de la perdurabilidad de este fenómeno que acompaña la reestructuración capitalista de los últimos 20 años, y, para el caso de América Latina, asociado también al crecimiento de la pobreza que ocurriera como consecuencia de las políticas e ajuste estructural y fiscales vigentes.

Finalmente, para Costa (2008), o tema da exclusão social nasce a partir de diversas mudanças ocorridas no capitalismo mundial, e num contexto de crises, dentre elas, “o choque do petróleo”, da década de 1970. Segundo o autor, essas mudanças ocorridas precisam ir além da idéia de globalização, precisam ser olhadas sob a ótica da “mundialização financeira” (CHESNAIS, 1996 apud COSTA, 2008, p.94), ou seja, a quebra de barreiras nacionais e integração internacional dos mercados.

Esse conjunto de alterações na estrutura do capitalismo internacional, associado à “aplicação das receitas neoliberais como saídas para as crises recessivas, como a de 1974-75 e, logo a seguir, em 1980-82, implicou na derrocada do Estado de bem-estar social e no aprofundamento do desemprego estrutural” (BEHRING, 1998, apud COSTA, 2008, p. 95).

Nesse sentido, é permitido dizer que

a idéia de exclusão social é, sem dúvida, uma característica intrínseca ao próprio capitalismo, desde os seus tempos mais remotos. Hoje, a exclusão social se agrava, configurando-se enquanto elemento indissociável do processo de acumulação flexível, significando a produção em massa de ‘seres descartáveis’ da vida em sociedade (COSTA, 2008, p. 98)

Na década de 1970, ocorreu a reestruturação capitalista mundial, com a mudança do padrão de acumulação e regulação fordista-keynesiano para o padrão de acumulação flexível (HARVEY, 1993, apud COSTA, 2008, p. 95). Devido a esta nova etapa do capitalismo e associado ao advento de novas tecnologias, que empregam máquinas no lugar dos seres humanos, o desemprego se generalizou.

Convém destacar que o “desemprego crônico” (MÉSZARÓS, 2003 apud COSTA, 2008, p.96), não é exclusivo dos “países da periferia capitalista”, como o Brasil, (COSTA, 2008, p. 96), aparecendo até mesmo de forma exacerbada em países considerados de capitalismo avançado. Contudo, revela sua face ainda mais perversa em países latino-americanos e demais países atualmente chamados de emergentes.

É importante associar o desemprego com “problemas em áreas sociais como habitação, saúde, educação, sociabilidade e cultura” (AMMANN, 2003, p. 128). Em pesquisas realizadas nos Estados Unidos, observou-se que a maioria dos sem-teto e “em situação de desemprego apresentavam simultaneamente problemas de saúde e de inserção política e social” (AMMANN, 2003, p. 128)

No entendimento de Costa (2008) o capitalismo é condição essencial para a existência da exclusão social, e o autor utiliza o termo ao se referir ao atual contexto social, que ele denomina de “realidade de barbárie”:

O uso do termo exclusão social apresenta um caráter descritivo da atual realidade de barbárie vivida pelo capitalismo mundial. Deve-se sempre ressaltar o fato de que, independentemente das características intrínsecas a essa fase de mundialização financeira e acumulação flexível, o capitalismo, por definição, inexistente sem exclusão. (COSTA, 2008, p. 99)

A exclusão social como conceito explicativo, traz a noção de que é possível alguma inclusão social no capitalismo. Para Costa (2008), “tal aceção revela, possivelmente, o entendimento, por parte de setores do campo da esquerda, de que ainda há margem de manobra, no capitalismo, para o retorno a formas similares ao falecido Estado de bem-estar social” (COSTA, 2008, p. 104).

Ainda com relação à exclusão social como conceito explicativo, se qualifica como rudimentar o “recurso de classificar grupos e pessoas como excluídos e incluídos”, porque se desconsidera a invalidade em utilizar essa forma dualista de classificar as pessoas. A mesma sociedade que exclui é aquela que inclui e integra. (MARTINS, 2003, apud COSTA, 2008, p. 105).

Utilizar o termo exclusão significa

abrir mão de qualquer perspectiva de superação da sociedade que produz essa situação; ‘o discurso sobre a exclusão é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhe correspondem. Dificilmente se pode ver nele um discurso anticapitalista, embora ele certamente seja um discurso socialmente crítico (MARTINS, 2003, p. 3 apud COSTA, 2008, p. 105).

Em uma crítica ao conceito, Ribero (2001) assim se manifesta:

La pregunta central es si el concepto de exclusión social agrega algo a conceptos como marginalidad e informalidad e es simplemente una importación de términos desarrollados en los países europeos que no agregan nada a los marcos ya elaborados en la región. Para el autor, las nuevas condiciones en las que se plantea la vida social requieren de marcos renovados para su comprensión. Es en este contexto que se plantean los conceptos exclusión, inclusión y vulnerabilidad (MINUJIN, 1998 apud RIBERO, 2001, p. 179)

A análise direciona-se à reflexão do significado do termo: ele, substancialmente, acrescenta subsídios ao debate da marginalidade e informalidade, num contexto latino-americano, ou é apenas mais um modismo?

Acredita-se que exclusão caracteriza mais bem uma noção, não apresentando

(...) a nitidez e o rigor exigidos pela formulação dos conceitos. (...) Fator que embaça os parâmetros estruturantes do conceito de exclusão social é a multiplicidade de designações propostas pelos estudiosos do tema: desqualificação (Paugan, 1991), desinserção (Gaujelac e Leonetti, 1994), desfiliação (Castel, 1998), apartação (Buarque, 1993), inclusão perversa (Martins, 2002). (AMMANN, 2003, p. 123)

Não há dúvida de que realidade é mutante, e a exclusão como conceito explicativo se apropria de novos significados. No princípio, o tema designava um grupo específico de pessoas, os “inútils al mundo”, sujetos y grupos que se han vuelto supernumerarios ante la actualización de las competencias económicas y sociales”. (CASTEL, 1997, apud RIBERO, 2001, p.173) Relembrando a origem do próprio termo, na França, num contexto sócio-econômico de grande déficit habitacional, originalmente, o excluído é a pessoa que vive num ambiente urbano, que mora precariamente ou não tem moradia. Assim sendo, exclusão e a pobreza designam o mesmo fenômeno social?

Em Ammann (2003, p.126), pode-se ver o caráter plural da exclusão, quando o autor diz que a exclusão está mais bem relacionada a não-cidadania do que propriamente à pobreza. São suas estas palavras:

Tanto é que, na Europa, como de resto na América do Norte, podem ser encontrados ricos (até milionários) africanos, asiáticos ou latino-americanos que são excluídos em razão de sua etnia, religião, cultura, ou simplesmente de sua condição de estrangeiros, mesmo gozando de um padrão de vida econômico equivalente ao dos autóctones.

Com o passar do tempo, o termo amplia-se e traz novos elementos para o debate sobre a pobreza. De fato, “alguns (...) pesquisadores identificam a emergência de uma nova realidade social, produtora de uma nova pobreza urbana e uma nova exclusão social” (COSTA, 2008, p. 99)

Para a maior parte dos autores, a noção de exclusão está associada à pobreza e locada diretamente ao fenômeno do desemprego e seus desdobramentos. Nesse contexto, supõe-se que o problema seria resolvido ou atenuado com uma política de emprego em massa e conseqüente consumo (GRASSI, 2002, p. 141).

Como se pode constatar no texto a seguir, Grassi (2002) pensa de modo diferente:

Propongo, por el contrario, que es necesario incorporar a la reflexion y al análisis de los procesos sociales que dieron lugar, entre otras cuestiones, a la exclusión de amplios sectores de la sociedad del empleo de calidad y/o el consumo, la consideración de las condiciones de la vida socio cultural que se generaron en ese proceso. Esta es restrictiva de la participación de los sujetos en el espacio público y es limitante, también, de la calidad de los vínculos sociales y del desarrollo de las capacidades potenciales de los sujetos, en todos los ámbitos.

Diante dos argumentos apresentados, acredita-se que, no combate à exclusão, torna-se essencial o resgate da cidadania. Se o excluído é o “apartado” social, ou seja, aquele que não faz parte, a inclusão social precisa caminhar no sentido de trazer essa pessoa à participação social e comunitária, o que não é conseguido apenas com a melhoria das condições econômicas e materiais.

Trazer a pessoa para a participação comunitária e política, revitalizando a categoria cidadania, é condição para a conquista dos direitos (GRASSI, 2002, p.141). Assim, no que se refere a este aspecto,

la revitalización de la categoría de ciudadanía como condición para los derechos de ingreso y protección, requiere ser acompañada por la discusión acerca de sus contenidos y alcances y de los principios que dan sentido a la pertenencia de los sujetos a una comunidad política.

Por outro lado, entendendo cidadania numa perspectiva ampliada, que vai além de se ter direitos, afirma Ammann (2003, p. 122):

A maioria dos autores aborda o tema sob o recorte dos direitos, ignorando a exigência de deveres. Se alguns escritos de cunho jurídico sustentam que direitos devem estar combinados com deveres, estes são por vezes atribuídos a pessoas ou agentes específicos, cuja função é assegurar que os direitos sejam efetivados. Segundo essa visão, uns tem os direitos, outros tem os deveres, o que certamente espelha uma abordagem dicotomizada e indevida. Direitos e deveres não podem ser colocados em campos diferentes, pois são componentes essenciais e simultâneos de um mesmo processo.

Segundo a autora, falar em cidadania remete à idéia de igualdade de direitos e deveres, de que todos “tenham acesso factual, pleno e permanente: aos bens, aos serviços, ao conhecimento e ao poder” (AMMANN, 2003, p. 123).

A exclusão vivida, por exemplo, pela população da Cidade de São Paulo era plenamente associada à qualidade de vida, pela falta de serviços considerados essenciais, tais como: água, coleta de lixo e transporte. E tais problemas de infraestrutura eram associados aos altos índices de violência urbana. (SPOSATI, 1998 apud COSTA, 2008, p. 99).

A violência urbana, por sua vez, relaciona-se com a exclusão territorial e não está diretamente associada à pobreza. Por isso, diz a autora, é preciso “construir uma política urbana que consiga parar a máquina de produção da exclusão territorial” (ROLNIK, 2002, p. 56). E não trará resultados uma política

urbana que invista apenas na favela, na periferia, pois é fundamental investir na cidade como um todo, “é preciso pensarmos a cidade globalmente” (idem)

Esses elementos representam a ausência de “igualdade, equidade e cidadania” “A exclusão social atual, portanto, ‘é a negação da cidadania’” (SPOSATI, 1998 apud COSTA, 2008, p. 99).

4.4 VULNERABILIDADE E RISCO

Os termos vulnerabilidade e risco são analisados juntos, neste subitem, porque, na literatura, comumente, aparecem como idéias que se complementam. Mas apesar de se apresentarem juntas, na maioria das vezes, nas produções teóricas, essas idéias não delimitam especificamente o mesmo significado. Entretanto,

o que parece ser comum em quase todas as abordagens é a relativa ligação da noção de vulnerabilidade com o conceito de risco, ou, posto em outros termos, a noção de vulnerabilidade com a equação entre exposição ao risco e capacidade de resposta da população (ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p. 151)

Nesta pesquisa, apareceram apenas 02 (dois) artigos com o termo vulnerabilidade no título. São eles: “A vulnerabilidade social é atributo da pobreza”, de Arregui e Wanderley (2009); e “A vulnerabilidade das pessoas com transtornos mentais em situação de pesquisa”, de Rosa e Costa (2007). Como se constata, são textos datados de 2007 e do presente ano, demonstrando, dessa forma, a atualidade na discussão desses temas.

Em “A vulnerabilidade social é atributo da pobreza”, de Arregui e Wanderley, 2009, o resumo do artigo informa que “trata-se de uma reflexão conceitual sobre pobreza e vulnerabilidade social resultado da discussão de

trabalhos empíricos realizados com famílias em situação de pobreza”. (ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p. 143).

Em “A vulnerabilidade das pessoas com transtornos mentais em situação de pesquisa”, de Rosa e Costa (2007), se apresenta

uma análise da particularidade da vulnerabilidade da pessoa com transtorno mental. Levantam-se questões operacionais e as especificidades da vulnerabilidade de vários subsegmentos na saúde mental. Busca-se, de maneira panorâmica, abordar vários ângulos da questão, tendo por eixo norteador as diretrizes nacionais e internacionais que disciplinam a pesquisa envolvendo seres humanos. (ROSA; COSTA, 2007, p. 159)

Pesquisando sobre o termo vulnerabilidade, Arregui e Wanderley (2009, p.148-149) constataram que, “para os dicionários Houaiss e Michaelis, a palavra provém de ‘vulnerável’, alguém que pode ser prejudicado ou ferido; diz-se do lado fraco de um assunto ou questão”. Nesse sentido, vulnerabilidade representa desvantagem, em oposição a uma situação de vantagem.

Quanto ao termo risco, Giddens (1991) afirma que “a concepção moderna fundou a noção de risco para regular tudo aquilo que era incerto ou indeterminado” (GIDDENS, 1991 apud ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p. 152). Assim, risco detém a noção de um episódio que poderá vir a acontecer.

Por sua vez, Lupton (1999 apud ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p.152), diferenciou a noção de risco e de incerteza. Para o autor, na modernidade, risco “em seu sentido puramente técnico, estabelecia uma relação na qual se estudava a probabilidade de um evento ser detectado ou vir a ser conhecido” ao passo que “a incerteza era usada como conceito alternativo quando as probabilidades eram inestimáveis ou desconhecidas” (LUPTON, 1999 apud ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p. 152).

Apesar de ter feito essa diferenciação, Lupton (1999 apud ARREGUI; WANDERLEY, 2009) também declara que a conotação de risco presente no século XIX, que era baseada em cálculos de probabilidade, ganhou novos significados no final do século XX, aproximando as noções de risco e incerteza. Assim, “os limites entre o conceito de risco e incerteza e a característica de conter uma neutralidade

conceitual se perderam”. (LUPTON, 1999 apud ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p. 152).

Com relação ao artigo “A vulnerabilidade social é atributo da pobreza?”, de Arregui e Wanderley (2009), as autoras apresentam os termos: pobreza, exclusão, vulnerabilidade e risco como termos complementares. Elas situam determinados momentos históricos que caracterizaram cada termo e demonstram como tais fenômenos explicam a realidade social.

Nesse contexto, e referindo-se à vulnerabilidade, as autoras argumentam que “esse novo conceito acrescenta elementos que o conceito de pobreza não tinha” (ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p.149). Certamente, ao classificar “grupos vulneráveis e fatores/comportamentos de risco, incorporando gradativamente outras variáveis, como as condições socioeconômicas e educacionais” (ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p. 151). Por isso a relação intrínseca entre pobreza, exclusão, vulnerabilidade e risco.

Da mesma forma, as autoras citadas apresentam a exclusão social e outros conceitos associados a este, tais como: defiliação, desqualificação e apartação social “como elementos que poderiam explicar a pobreza” (ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p. 144-145). Inclusive, a exclusão “foi objeto de várias análises, no sentido tanto de criticá-la, por sua imprecisão, como de utilizá-la como referencial para o estudo da pobreza” (ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p.145).

Para Arregui e Wanderley (2009, p. 148), foi importante a integração entre demografia, ciências sociais e trabalho social, no sentido de construir “medidas com base em conceitos relativos aos de pobreza, inclusão/exclusão e vulnerabilidade social”. Assim, pela participação de diversas áreas do conhecimento (geografia, demografia e saúde), se obteve maior abrangência e complexidade nas concepções de pobreza.

A presente pesquisa localizou apenas 01 (um) artigo, redigido no idioma espanhol e com o termo risco no título. O artigo “El papel de la evaluación del riesgo para las políticas de inserción focalizada”, de Vencinday (2005, p.159), é

un análisis socio-político del uso de la evaluación del riesgo en el marco de políticas de inserción social focalizada, y una aproximación a su comprensión en el marco de un proceso más amplio de producción y reproducción social, es lo que se discute a lo largo de las siguientes páginas.

Como já dito, a vulnerabilidade e o risco se confundem na literatura das ciências sociais. Porém, as origens dos dois termos situam-se em áreas do conhecimento, como a geografia e a demografia. Devido a associações entre catástrofes/perigos naturais e as discussões sobre desenvolvimento e pobreza e suas relações com a vulnerabilidade social, esse conceito foi ampliado, “passando a incorporar as dimensões sociais e tecnológicas (MARANDOLA; HOGAN, 2006, apud ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p.150).

No seu artigo “A vulnerabilidade das pessoas com transtornos mentais em situação de pesquisa”, Rosa e Costa (2007) tratam, especificamente, da vulnerabilidade das pessoas com transtornos mentais, e segundo a Resolução nº 196/96, item II.16, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2003 apud ROSA; COSTA, 2007), definem vulnerabilidade como o “estado de pessoas ou grupos que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido” (BRASIL, 2003 apud ROSA; COSTA, 2007).

Então, nesse sentido, as pessoas com transtornos mentais são consideradas vulneráveis porque são tidas como incapazes de autodeterminação, apesar da legislação não concebê-las assim. (BRASIL, 2003 apud ROSA; COSTA, 2007). Rosa e Costa (2007) refletem sobre esse conceito e questionam: “em que medida a capacidade de autodeterminação da pessoa com transtorno mental está reduzida? Haveria situações ou circunstâncias que reduziriam a capacidade de autodeterminação desse segmento?” (BRASIL, 2003 apud ROSA; COSTA, 2007).

O referido texto levanta a problemática dos direitos da pessoa com transtornos mentais, e também de seus direitos no que concerne à participação em pesquisas. E suas autoras concluem que as pessoas com transtornos mentais somente poderão ser “participantes de pesquisa se não tiverem outro grupo que possa substituí-las, no geral, e somente se forem parte do grupo que tem a característica necessária para a geração de determinado conhecimento” (idem, p. 166)

Ainda no mesmo artigo, Rosa e Costa (2007, p.166) distinguem os “vulnerados dos vulneráveis”; consideram os vulnerados como um subsegmento (do segmento dos vulneráveis) do qual fazem parte os de baixa renda, por várias razões, dentre elas:

destaca-se a cultura da subalternização, muito arraigada nesse grupo, obrigado historicamente a ter que se relacionar com as políticas públicas e com seus profissionais de maneira clientelar e mediatizado pela relação de favor e sentimento de gratidão.

O texto analisado aborda a postura do pesquisador ao estabelecer contato com pessoas com transtornos mentais. Para as autoras, a atitude do pesquisador “exige o respeito à dignidade do diferente, das minorias sociais, considerando muitas vezes as múltiplas vulnerabilidades a que estão sujeitos” (ROSA; COSTA, 2007, p. 171). Resumidamente, a vulnerabilidade deste grupo está associada, de certa forma, à capacidade de escolha individual e ao estigma a que é submetido, sendo considerado incapaz de realizar escolhas que propiciem seu bem estar e o dos outros ao seu redor.

À família, tem sido atribuído, pelas políticas públicas, o papel de responsável por situações de vulnerabilidade e exposição ao risco. Já as políticas sociais têm se voltado a identificar as famílias consideradas de maior risco social, entendendo que risco é uma situação evitável e, portanto, alvo de políticas focalizadas, no intuito de eliminação do risco potencial. Nesse sentido, a avaliação de risco

se constituye en una nueva expresión de los procesos de manipulación de las conductas individuales en el conjunto de la vida cotidiana: la administración de lo cotidiano se constituye en tanto sistema de dominación a través de la intervención del Estado y las prácticas profesionales que la mediatizan (VENCINDAY, 2005, p. 140).

A crítica se processa na dinâmica da delimitação do que é considerado risco ou não. Essa definição é imposta pelo Estado, através das políticas focalizadas e seletivas, não representando a avaliação da população afeta por tais serviços. Desse modo, “la naturaleza de la demanda y el modo de vida de los individuos pasan a ser analizados a partir de estos modelos predefinidos e estandarizados, desde los cuales se propone la intervención” (VENCINDAY, 2005, p. 141).

Em suas reflexões sobre o tema, o autor diz que risco, “en tanto se constituye una construcción mental, todo y nada puede ser riesgo dependiendo de la perspectiva atribuible al observador en situación” (idem, p. 143). Desse modo, conclui-se que, ao definir o que é ou não é risco, sob determinados critérios de uma

política social, o Estado trata as questões sociais de forma individualizante, ou seja, afirma que o risco advém de fracassos individuais. (VENCINDAY, 2005, p. 145)

A pessoa, neste caso, não é um indivíduo participante de determinada política social, porém, se torna uma situação de risco, caracterizada como população alvo de determinada política social. Essa discussão se insere nas funções do Estado, nas concepções e formas de gestão populacional, nas formas de controle e vigilância da população.

Nesse contexto, o Serviço Social se envolve em duas questões cruciais: uma diz respeito à crítica ao instrumental utilizado, e a segunda relaciona-se ao significado deste instrumental para a intervenção profissional. Este significado precisa ser a análise do alcance sócio-político dessas políticas, levando em consideração o formato de Estado que se tem. (VENCINDAY, 2005, p. 152).

Parece um paradoxo, em pleno século XXI, se trabalhar com a noção de vulnerabilidade e risco. Paradoxo ao relacionar vulnerabilidade com a incapacidade de superar determinada situação, paradoxo em associar essa incapacidade a determinados grupos – de desempregados, de pessoas em situação de pobreza, de pessoas sem moradia, e culpabilizando o indivíduo por sua situação. A noção de risco revela a noção de um perigo eminente que, em geral, é definida por uma política pública (na figura de um técnico) que diz se esta família ou pessoa (criança, idoso, mulher) está ou não em situação de risco.

Essa concepção de vulnerabilidade e risco esbarra nas concepções de autonomia, capacidades/oportunidades, empoderamento e tantas outras que, por definição, revelam as ilimitadas potencialidades humanas, pela capacidade de superação, de criatividade, de liberdade, de afetividade, condições estas inalienáveis do ser humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os objetivos propostos para a realização deste trabalho monográfico, como mencionado anteriormente, ele foi dividido em três seções.

Na primeira, intitulada “O ajuste neoliberal e seu rebatimento no social”, se abordou as consequências, para os países latino-americanos, entre os quais o Brasil se inclui, das medidas de ajuste neoliberal. Tais medidas foram de cunho político, ideológico, econômico e social, modificando a vida de milhões de pessoas que sofreram com o agravamento da fome e da miséria na região, causado, em grande parte, pelo desemprego estrutural, e ainda com a diminuição de gastos com os serviços sociais públicos, pelo processo chamado de “minimização do Estado”.

Na continuidade, a segunda seção, que tem como título “Pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco: termos, conceitos e categorias – tentativas de explicar uma realidade social complexa”; ocupou-se de, concisamente, descrever algumas concepções de termos, conceitos e categorias, com o intuito de subsidiar a análise dos termos: pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e risco. Foram efetuadas breves considerações acerca da emergência dos termos sob análise, por meio da recuperação de alguns autores clássicos, tais como: Castel et al (2000); Kliksberg (2001), e de outros emergentes, entre os quais se destacam: Bronzo (2007); Freitas (2004); Soto (2003); e Zione (2006), leitura de textos publicados em livros, revistas e em meio-eletrônico.

Na terceira seção, cujo título é “Incidência e significado dos termos na produção teórica do Serviço Social”, e como resultado da pesquisa, se constatou que os termos que mais apareceram nos textos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, da Cortez Editora, relacionam-se diretamente ao tempo histórico da existência desses termos. O termo pobreza, sendo o mais antigo, pois data dos tempos bíblicos, apareceu em 13 textos. Contrariamente, os termos vulnerabilidade e risco, sendo debates emergentes e ainda não apresentando um arcabouço teórico, apareceram com menos frequência.

A discussão, nas ciências sociais, da pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade e do risco amplia-se em significados, ganhando novas nuances, expressando novas realidades e transformando-se, ocorrendo um vai e vem contínuo - as teorias emergem da realidade que, por sua vez, é influenciada pelas teorias.

O elemento surpresa, nesta pesquisa bibliográfica, foi exatamente a inexistência de textos com o termo desigualdade no título, apesar deste aparecer no conteúdo dos textos. Desigualdade, na América Latina, remete a uma discussão exemplarmente crítica, devido às mazelas sociais provocadas pelo neoliberalismo. Desigualdade reflete o modelo de sociedade adotado – o capitalismo, sistema não apenas político, mas também ideológico e social, e cujo objetivo primordial é o lucro, para a manutenção do sistema que, por definição precisa de uma massa de desempregados e, conseqüentemente, da fome, da miséria e da expropriação do trabalho.

Nesse sentido, o modelo neoliberal para a América Latina nega efetivamente a liberdade plena dos indivíduos sociais e alimenta a liberdade de compra e venda. É preciso se ter a clareza quanto ao modelo de liberdade que se deseja: a liberdade do consumo ou aquela que garante a autonomia, a plena participação social, rompendo os muros da democracia representativa.

No que se refere ao projeto ético-político do Serviço Social, a concepção de liberdade é elemento fundamental para “o fazer profissional”. Assim, o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, de 1993, tem como princípio fundamental o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”

Constatou-se a fundamental relevância da precisão e do rigor teórico, a partir de um olhar teórico-crítico-dialético, e conclui-se que são tentativas de explicar a realidade social, considerando aspectos como transitoriedade e provisoriedade da realidade social.

Novos temas emergem para designar e explicar mudanças no contexto econômico, político, cultural e social. A desigualdade, a exclusão, a vulnerabilidade e o risco acrescentaram novas nuances ao tema da pobreza. Esses termos não

representam sinônimos, eles são apreensões complementares de uma realidade que precisa ser, diariamente, re-lida e re-escrita. A construção de um projeto profissional crítico, que contemple os princípios de liberdade, cidadania e autonomia, passa por três vertentes: o aporte teórico-metológico, técnico-operativo e ético-político existente no interior da profissão. Nesse sentido, os artigos analisados ofereceram contribuições relevantes. Esses fatores definem delimitam o fazer profissional, e/ou a categoria profissional, bem como os profissionais de áreas afins.

Além disso, o tratamento que se dá aos conceitos ou apreensões teóricas, no interior da profissão, terá papel significativo na elaboração, execução e avaliação das políticas sociais. Ressalta-se que o ideal das políticas equânimes, iguais, universais e justas, perpassa igualmente pelos aportes teóricos adotados cotidianamente pelos estudantes e profissionais, tendo eles consciência ou não de sua importância.

Conclui-se que o trabalho ora realizado ainda necessita ser aprofundado quanto aos referenciais que efetivamente estão orientando os (as) autores (as). Também é preciso verificar com mais rigor se, na produção dos (as) autores (as), incidem elementos que poderiam indicar um ecletismo na abordagem dos temas propostos em seus artigos. Seria importante que esta complexa análise fosse realizada em outro momento, visando uma melhor apreensão sobre o árduo trabalho de sistematização de experiências, produção e difusão do conhecimento desses termos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Haroldo Baptista de. O contexto histórico-social da crise dos padrões de regulação sócio-estatal. **Praia Vermelha**: UFRJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 49-74, 1997.

ALAYÓN, Norberto. Pobreza, derechos humanos y política social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 77, 2004.

AMMANN, Safira Bezerra. Cidadania e exclusão social O mundo desenvolvido em questão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 76, 2003.

ARREGUI, Carola C.; WANDERLEY, Mariângela B. A Vulnerabilidade social é atributo da pobreza. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 97, 2009.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 1996.

AZEVEDO, Marco Antonio de. Informação e interpretação: uma leitura teórico-metodológica. **Perfect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 130, jul./dez. 2004. Disponível em: <www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/view/354/163>. Acesso em: 10 ago. 2009.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **PEDEX**, São Paulo, caderno n. 6, 1994.

BÍBLIA, Português. Bíblia de Estudo Thompson. Tradução: João Ferreira de Almeida. Edição Contemporânea. São Paulo, 2007

BORÓN, Atílio Alberto. Las “reformas del Estado” en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. **Temporalis**: revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social (ABEPSS), Porto Alegre, ano IV, n. 7, jan./jun. 2003.

BRAMI-CELENTANO, Alexandrine; CARVALHO, Carlos Eduardo. A Reforma Tributária do Governo Lula: continuidade e injustiça social. **Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.44-53, jan/jun. 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004

BRONZO, Carla. **Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família**: conexões e uma experiência para reflexão. 2007 (Paper)

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura da. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 92, 2008.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 84, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert et al. **Desigualdade e questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. Ed. São Paulo: Ática, 2008.

Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. CFESS: Brasília, 1993

COSTA, Liduína Farias A. da. Crescimento e pobreza no Nordeste que se globaliza. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 66, 2001.

COSTA, Ricardo César Rocha da. Notas sobre exclusão social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 96, 2008

DICIONÁRIO Aurélio on line. Disponível em <<http://www.dicionarioaurelio.com>>. Acesso em: 7 out. 2009.

DRAIBE, Sônia Miriam. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. ANPOCS. **Ciências Sociais Hoje**, v.1989, p.13-61, 1989.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. **A política de combate e as agências multilaterais: um estudo comparativo entre o Brasil e o México**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

_____. O Governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 65-74, jan./jun. 2007.

_____. Programas de combate à pobreza: “o poder das mulheres às avessas”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 96, 2008.

GRASSI, Estela. Variaciones en torno a la exclusión: ¿De qué integración hablamos? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 70, 2002.

HAHNER, June E. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870- 1970**. Brasília: UNB, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. A Questão social no capitalismo. **Temporalis**: revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social (ABEPSS), Porto Alegre, ano 2, n.3, p. 9-32, jan./jun. 2004.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

KLIKSBERG, Bernardo. **América Latina: uma região de risco, pobreza, desigualdade e institucionalidade social**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2002.

_____. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2001.

_____. **Por uma economia com face mais humana**. Brasília: UNESCO, 2003.

LARA, Ricardo. Pesquisa e serviço social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. especial, 2007.

LEI 8.662/1993 – Lei que regulamenta a profissão de Assistente Social. Brasília, 1993

LOPES, José Rogério. Pobreza, subjetividade e cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 70, 2002.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro, MAIA, Rousiley Celi Moreira. Dimensões da autonomia no combate à pobreza: o programa bolsa-família sob a perspectiva das beneficiárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 92, 2008.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais do Governo Lula. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a03.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

PAIVA, Beatriz Augusto, OLIVEIRA, Maria Norma de, GOMES, Ana Lígia. Medidas de Combate à pobreza: a propósito das iniciativas legislativas do senador Antonio Carlos Magalhães. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 63, 2000.

PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**: revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social (ABEPSS), Brasília, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA, Potyara P. et al. A Política Social no Contexto da Seguridade Social e do Welfare State. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XIX, n. 56, mar. 1998.

_____. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

PETTA, Nicolina Luíza de; OJEDA, Eduardo Aparício Baez. **História**: uma abordagem integrada: volume único. São Paulo: Moderna, 1999.

OLIVEIRA, Íris Maria. Direitos, cultura de direitos e assistência social. **Serviço Social e Sociedade, São Paulo**, n. 89. p. 24, 2007.

RATTNER, Henrique (org.). **Brasil no limiar do século XXI**: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. (Coleção Estante USP – Brasil 500 anos). São Paulo: EDUSP, 2000.

RIBERO, Ximena Baráibar. Algunas vinculaciones entre los procesos de exclusión social y los cambios en el mundo del trabajo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 65, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RODRIGUES, Maria Aurenice Mendes Frazão; LIMA, Antonia Jesuíta de. Infância, pobreza e trabalho infantil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 90, 2007.

ROLNIK, Raquel. É possível uma política urbana contra a exclusão? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 72, 2002.

ROSA, Lucia Cristina dos Santos; COSTA, Sergio Ibiapina Ferreira. A vulnerabilidade das pessoas com transtornos mentais em situação de pesquisa, **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 92, 2007.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SALOMON, Delcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1999.

SANTOS, Regina Maria dos. O Serviço Social e a exclusão/inclusão social dos portadores de HIV/Aids: demandas e desafios nos hospitais públicos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 85, 2006.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica: Durkheim, Weber e Marx**. 3. ed. Itajaí: UNIVALI, 2002.

SIMIONATTO, Ivete Simionatto, NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Pobreza e participação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 66, 2001.

SILVA, Ademir Alves. As Relações Estado-sociedade e as formas de regulação social. **Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina: questões da nossa época** 78. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOTO, Silvia Fernández. El concepto de pobreza en la teoría marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 73, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. Pobreza e cidadania no Brasil contemporâneo: um comentário do relatório da Comissão Mista Especial da Câmara e do Senado. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 63, 2000.

VENCINDAY, María Laura. El papel de la evaluación de riesgo para las políticas de inserción social focalizada. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 81, 2005.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. A Nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? **Praia Vermelha**, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues. A pobreza do desenvolvimento no Nordeste: do Polonordeste às políticas de combate à pobreza. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 91, ed. esp., 2007.

ZIONE. Fabíola. Exclusão social: noção ou conceito? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, set./dez. 2006. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/03>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

WIKIPÉDIA. Enciclopédia Livre. **Amartya Sen**. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Amartya_Sen>. Acesso em: 09 nov. 2009.

_____. **Governo Fernando Henrique Cardoso**. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_Fernando_Henrique_Cardoso>. Acesso em: 30 set. 2009.

ANEXO A - ARTIGOS DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE

Pobreza

Nº	Ano	Revista	Páginas	Título do artigo	Autor (a) (es)	País de origem
1	2000	63	27-44	Medidas de Combate à pobreza: a propósito das iniciativas legislativas do senador Antonio Carlos Magalhães	Beatriz Augusto Paiva, Maria Norma de Oliveira & Ana Lígia Gomes.	B
2	2000	63	45-61	Pobreza e cidadania no Brasil contemporâneo. Um comentário do relatório da Comissão Mista Especial da Câmara e do Senado	Aldaíza Sposati	B
3	2001	66	145-164	Pobreza e participação	Ivete Simionatto & Vera Maria Ribeiro Nogueira	U
4	2001	66	165-185	Crescimento e pobreza no Nordeste que se globaliza	Liduína Farias A. da Costa	B
5	2002	70	160-172	Pobreza, subjetividade e cidadania	José Rogério Lopes	B
6	2003	73	05-22	El concepto de pobreza en la teoría marxista	Silvia Fernández Soto	A

7	2004	77	108-120	Pobreza, derechos humanos y política social	Norberto Alayón	A
8	2005	84	66-90	Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social	Carla Bronzo Ladeira Carneiro	B
9	2007	90	58-81	Infância, pobreza e trabalho infantil	Maria Aurenice Mendes Frazão Rodrigues & Antonia Jesuíta de Lima	B
10	2007	91 Especial	62-85	A pobreza do desenvolvimento no Nordeste: do Polonordeste às políticas de combate à pobreza	Flávio Lúcio Rodrigues Vieira	B
11	2008	92	05-21	Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática	Carla Bronzo & Laura da Veiga	B
12	2008	92	58-84	Dimensões da autonomia no combate à pobreza: o Programa Bolsa-Família sob a perspectiva das beneficiárias	Ângela Cristina Salgueiro Marques & Rousiley Celi Moreira Maia	B
13	2009	96	49-64	Programas de Combate à pobreza: “o poder das mulheres às avessas”	Rosana de Carvalho Martinelli de Freitas	B

Desigualdade*

Nº	Ano	Revista	Páginas	Título do artigo	Autor (a) (es)	País de origem

Exclusão

Nº	Ano	Revista	Páginas	Título do artigo	Autor (a) (es)	País de origem
1	2001	65	172-192	Algunas vinculaciones entre los procesos exclusión social y los cambios en el mundo del trabajo	Ximena Baráibar Ribero	U

2	2002	70	140-159	Variaciones en torno a la exclusión: ¿De qué integración hablamos?	Estela Grassi	A
3	2002	72	53-61	É possível uma política urbana contra a exclusão?	Raquel Rolnik	B
4	2003	76	118-142	Cidadania e exclusão social O mundo desenvolvido em questão	Safira Bezerra Ammann	B
5	2006	85	07-28	O Serviço Social e a exclusão/inclusão social dos portadores de HIV/Aids: demandas e desafios nos hospitais públicos	Regina Maria dos Santos	B
6	2009	96	93-109	Notas sobre exclusão social	Ricardo César Rocha da Costa	B

Vulnerabilidade

Nº	Ano	Revista	Páginas	Título do artigo	Autor (a) (es)	País de origem
1	2009	97	143-165	A vulnerabilidade social é atributo da pobreza?	Carola C. Arregui e Mariângela B. Wanderley	B
2	2007	92	159-173	A vulnerabilidade das pessoas com transtornos mentais em situação de pesquisa	Lúcia Cristina dos Santos Rosa & Sergio Ibiapina Ferreira Costa	B

Risco

Nº	Ano	Revista	Páginas	Título do artigo	Autor (a) (es)	País de origem
1	2005	81	135-155	El papel de la evaluación de riesgo para las políticas de inserción social focalizada	María Laura Vecinday	U

Legenda:

A: argentino (a), B: brasileiro (a), U: uruguaio (a)

* Termo desigualdade: nenhum artigo encontrado nas revistas pesquisadas.